

**ATA N.º 0001.1/XIII/2023**

**Sessão Ordinária de 24/02/2023**

**1ª Reunião – 24/02/2023**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município da Moita, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
  - 3.1 - Ata nº06.1.22 – XIII Mandato – sessão ordinária de dezembro - 1ª reunião – 14.12.2022;
  - 3.2 - Ata nº06.2.22 – XIII Mandato – sessão ordinária de dezembro - 2ª reunião – 15.12.2022;
  - 3.3 - Ata nº06.3.22 – XIII Mandato – sessão ordinária de dezembro - 3ª reunião – 29.12.2022;
  - 3.4 - Ata nº07.22 – XIII Mandato – sessão extraordinária de 29.12.2022;
  - 3.5 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por um período de 365 dias, apresentado por Sabine Vivianne Büchel (nºs 1 e 2 do art. 7º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita);
  - 3.6 - 1ª Revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano;
  - 3.7 - Prorrogação do prazo de transferências das competências para o Município no domínio da ação social;
  - 3.8 - Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município da Moita nos Diretores de Agrupamentos de Escola;
  - 3.9 - Aprovação da contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento da Construção do CROAE – Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes da Moita até ao montante de € 795.000,00;
  - 3.10 - Retificação da proposta n.º 20/XIII/2023 – “CONSULTA AO MERCADO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DESTINADOS A HABITAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO”;
  - 3.11 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Alhos Vedros;
  - 3.12 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Baixa da Banheira;
  - 3.13 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Moita;
  - 3.14 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale da Amoreira;
  - 3.15 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Gaio-Rosário;
  - 3.16 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Sarilhos Pequenos;
  - 3.17 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

**Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:**

- Luís Manuel de Oliveira Morgado foi substituído por Carmen Maria de Mira Mafra
- Elvis João Duarte de Freitas foi substituído por José Duarte Batista Marques
- Cândida de Lurdes Gomes Vinagre foi substituída por Maria Teresa Lésico de Jesus
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Rui Pedro Neto Garcia
- Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, foi substituído pelo Secretário daquele Órgão, Miguel Carlos Póvoas Santos

**Verificação de ausências:**

- Após as verificações efetuadas não se verificaram ausências.

**Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:**

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedação e João Miguel da Silva Romba.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****Sr. Ricardo José Torres Freitas da Paz**

Vem falar de um assunto que já foi falado aqui algumas vezes, e achou por bem voltar a falar no assunto porque continuam com problemas na rede de autocarros que vão do concelho da Moita para Lisboa, a carreira 4701, carreira essa que, neste momento, está a fazer o percurso que habitualmente faz e a levar alunos da escola secundária da Moita, ou seja, o que antigamente era um expresso, porque apenas permitia que os passageiros saíssem na estação do Oriente, neste momento, está a permitir que os passageiros saiam à medida que a carreira vai avançando, e o que acontece é que o autocarro enche e quando chega a Alhos Vedros já não têm lugares nos autocarros, mas depois da escola secundária da Moita o autocarro vai vazio e os munícipes da Moita acabam por ser, mais uma vez, prejudicados comparativamente, por exemplo, ao município do Montijo, que tem cinco carreiras para além da 4701, quando na Moita têm uma.

Não quer pensar que são menos bem defendidos do que o Montijo, mas, neste aspeto, começa a achar que sim, porque quem se desloca da Moita para Lisboa tem a vida muito mais complicada do que, neste momento, os habitantes do Montijo, porque têm uma carreira, passam a ter meia carreira e o Montijo passa a ter cinco carreiras e meia, o que não é normal. Não é normal. Sabe que têm tido reuniões com a Carris Metropolitana e com a AlsaTodi só que essas reuniões, pelos vistos, não têm surtido efeito, porque a situação está a agravar-se, e têm visto os outros concelhos a terem as suas frotas reforçadas, e no concelho da Moita, ao contrário desses concelhos, têm visto as frotas a diminuírem, e não acha isto normal.

Agradece que, mais uma vez, a Câmara reúna com quem de direito, com a Alsa Todi ou seja com quem for, para que a oferta no concelho aumente, e isso é simples, é fazerem mais carreiras para as escolas e aumentarem o número de carreiras 4701, porque senão vão continuar com este problema e o problema vai-se continuar a agravar. Tem pena de não ter vindo à última reunião de Câmara porque, infelizmente, as horas a que se realizam não o permitem, visto que trabalha em Lisboa não teve possibilidade de vir fazer uma intervenção, mas hoje, e a esta hora, lá conseguiu vir, e espera ser ouvido e que as pessoas que têm o poder nesta casa ajam em função dos seus munícipes, porque têm uma excelente medida que foi tomada há uns anos atrás pelos anteriores executivos, que foi o passe navegante, e agora, de repente, vêm essa oferta a diminuir. As pessoas que pagam os passes, que pagam impostos para que esse serviço seja executado, estão a ver que esse serviço não está a ser executado em condições, portanto, pede, mais uma vez, a quem de direito, para agir nesse sentido.

**Sra. Rosa Paula Correia dos Santos Marques**

Vem aqui fazer uma pergunta, que já não é nova, para saber para quando está prevista a marcação no pavimento das estradas e dos estacionamento e, para terminar, gostava de saber, visto ter sido pedida uma auditoria ao anterior executivo, se já existe o resultado, porque a população tem de saber esse resultado.

**Sr. João Augusto Silva Henriques**

Vem aqui, mais uma vez, com humildade e sinceridade, e não com arrogância. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que a última reunião de ontem foi uma vergonha, mas uma vergonha. O senhor Presidente não olha para as pessoas, o senhor Presidente ignorou as pessoas. Houve alguém que falou sobre o filho que é deficiente, não anda senão na cadeira de rodas, e senhor Presidente pouco ou nada

respondeu. Depois, vieram as pessoas das escolas colocarem a situação delas e o senhor Presidente, em vez de responder às pessoas, não responde. Não sabe porque é que não consegue responder às pessoas. É muito estranho. Uma pessoa que tem um certo e determinado cargo tem que saber responder às pessoas, e não é com arrogância nem a ameaçar ninguém, porque o senhor Presidente só sabe é ameaçar. O que queria saber é para quando é que está previsto a colocação da canalização na Fonte da Prata, que está um caos, os carros são “engolidos” constantemente, e no espaço de onze dias foram “engolidos” dois carros. O senhor Presidente disse que a partir do dia um de março ia haver um concurso público para a colocação da canalização nova, “desculpe que lhe diga, deve ser tanto como é o centro de saúde de Baixa da Banheira, que já ao tempo que está para fazer, e o centro de saúde da Baixa da Banheira é zero. Gostava de saber o que é que o senhor Presidente está aqui a fazer, desculpe que lhe diga, o que o senhor Presidente está aqui a fazer porque ainda não vi nada feito”.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, interrompeu a intervenção para dizer que não podia entrar nesse caminho, que tinha que respeitar as instituições, e que apenas ia permitir que continuasse a sua intervenção se o fizesse com correção.

#### **Sr. João Augusto Silva Henriques**

Disse que era apenas a sua maneira de falar, que não era arrogante, e que queria perguntar, relativamente às reuniões de Câmara, que antigamente eram feitas à noite, e que passou para a tarde quando houve o problema de saúde, sendo que houve alguém que disse e sempre se debateu que iam passar para a noite, porque é que já lá vai um ano e tal e as reuniões de Câmara continuam a realizar-se à tarde.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Começando pelo senhor João Henriques que, muitas vezes, se dirige à sua pessoa de uma forma indelicada, terá alguma dificuldade em perceber aquilo que é dito e explicado, ainda que seja explicado por mais que uma vez, o que o leva a crer que ou não entende ou, infelizmente, não quererá entender, mas, ainda assim, passa a explicar mais uma vez, e explicará as vezes que forem necessárias, na esperança que, mesmo que o senhor João Henriques não entenda, outras pessoas que estão à sua volta e quem estiver lá em casa facilmente irão perceber isto que aqui vai dizer.

As pessoas quando aqui se dirigem para colocar questões, seja em reuniões da Assembleia Municipal, seja em reuniões da Câmara Municipal, fazem-no nesse preciso momento. O concelho da Moita tem vinte quilómetros de frente ribeirinha, tem milhares de quilómetros quadrados, tem sessenta e seis mil habitantes, tem dezenas de ruas, dezenas de prédios, e nem o próprio nem ninguém no seu lugar poderá saber de cor todas as situações e responder na “ponta da língua” a todas as questões que aqui são colocadas. Ora, as reuniões acontecem da parte da tarde e no preciso momento em que os senhores estão a colocar as questões no púlpito, o próprio e os demais vereadores estão a auscultar e a colocar questões, seja aos diretores, seja aos chefes de divisão, mas já não é a primeira vez que está a dizer isto, e apesar de não lhe ser possível escrever estando a olhar para quem está a colocar as perguntas, consegue ouvir o que as pessoas estão a dizer, e ao escutar as perguntas que são feitas questiona as chefias quanto aos esclarecimentos necessários para responder no preciso momento. É por isso que o senhor que veio colocar o problema do seguro da sua viatura saiu daqui com a situação resolvida na reunião, não de ontem como aqui referiu, estará aí alguma confusão temporal, porque a reunião não foi ontem foi anteontem. É por isso que o senhor que veio colocar aqui a questão relativamente à viatura quando saiu daqui dos Paços do Concelho já saiu com a questão resolvida, e como esse senhor saem muitos outros senhores.

Depois, respondendo também com toda a calma, lembrou que o executivo não é composto apenas pelo Presidente. O Presidente delega responsabilidades e pelouros em outros vereadores, que têm competências específicas, e estando aqui o senhor vereador António Pereira, que tem área de educação e das escolas, passou-lhe a palavra para que ele pudesse responder sobre questões dessa matéria, com toda a naturalidade, porque é a área da sua competência. Não sabe se o senhor João Henriques queria ou

desejava que fosse o Presidente a responder, mas o próprio prefere que seja o vereador António Pereira a responder sobre uma coisa que é da sua competência, por isso não percebe a questão colocada, tal como se as questões forem da área da saúde, passará a palavra à vereadora Anabela Rosa, ou de outros assuntos que sejam do pelouro da mesma. Consultando os despachos de delegação de competências nos vereadores e verificando quais são as atribuições específicas de cada um deles têm, será mais fácil de entender porque é que quando se fazem determinadas perguntas ou é o Presidente a responder ou é um dos vereadores a responder. É essa a condução que faz para que o munícipe, para que o cidadão, tenha sempre a melhor resposta possível.

Depois, o senhor fez questão de fazer referência à questão da Fonte da Prata, à qual já lhe havia respondido na reunião da Câmara Municipal, ou seja, faz uma insistência porque não ouviu ou não escutou a resposta que lhe deu, e que lhe foi dada no momento, via digital por troca de mensagens, pela diretora do departamento e chefe de divisão, e à qual respondeu, exatamente, no momento, sobre quando é que iria ser lançado o concurso, e que ainda está recordado que será no início de março. E pode dar a informação que está prevista a substituição de toda a rede de abastecimento, integral, da zona mais antiga da Fonte da Prata, e está prevista a substituição integral em todos os quarteirões para que não haja mais problemas. E quando se perguntam porque é que aquilo dá problemas, é porque o ano de construção da rede é de setenta e cinco. O ano de construção dessa rede de abastecimento, cujo material é fibrocimento, é de mil novecentos e setenta e cinco, portanto, é uma questão de fazer as contas e perceber que a rede é muito antiga e está a ser toda trocada. E é por isso, e tendo em conta que reconhece o trabalho e o esforço permanente que é feito naquela freguesia, e naquela localidade em particular, uma vez que tem os técnicos da Câmara Municipal, uma e outra vez, a levantarem-se de madrugada para fazer intervenções até altas horas da noite, para repor água na casa das pessoas, que é um bem essencial, para não falar do desperdício de água que é feito e o transtorno que causa a cada um dos cidadãos o não poderem ter acesso a um bem que é essencial, que, muito cedo neste mandato, pediu para que fossem feitos projetos para a substituição integral de toda esta rede, e foi isso mesmo que teve a disponibilidade de lhe explicar, na presença da senhora chefe de divisão no dia vinte e cinco de dezembro de dois mil e vinte e dois, quando estava a acompanhar, uma vez mais, os trabalhos de rutura que estavam a acontecer na Fonte da Prata. E isso mesmo foi explicado no dia vinte e cinco de dezembro de dois mil e vinte e dois porque houve mais uma rutura e teve o cuidado de passar lá para acompanhar os trabalhos e dar uma palavra de incentivo a todos aqueles que no dia de Natal, ao invés de poderem estar com as suas famílias, tiveram que resolver mais um problema de uma rutura na Fonte da Prata, de uma rede de mil novecentos e setenta e cinco que nunca foi trocada.

Explicou que era necessário projeto, e que primeiro se fazia o projeto e depois se lançava a obra, mas pode aqui já adiantar, visto que estão a falar da rede de abastecimento de águas, que, de igual forma, também irá ser substituída a conduta adutora do reservatório de Sarilhos Pequenos, porque também ela é de mil novecentos e setenta e cinco e necessita ser trocada. Se o investimento da Fonte da Prata rondará os duzentos e cinquenta mil euros, o investimento na adutora de Sarilhos Pequenos rondará os cento e cinquenta mil euros, para também resolver, de uma vez por todas, um problema que é recorrente. Mas, ultimamente, ainda que quando o Partido Socialista estava na oposição já diziam que a rede era velha, embora depois lhe tivessem sido adiantadas outros motivos para os quais haviam ruturas, e está bem recordado do que é que lhe foi dito numa determinada reunião, verificaram que também será necessário a conduta adutora do reservatório do Vale da Amoreira, e estão a ser preparados os elementos para o lançamento do procedimento, cuja estimativa é de cinquenta mil euros, só para lançar os elementos do procedimento, e também essa conduta, uma vez mais, é de fibrocimento e é de mil novecentos e setenta e cinco.

Dito isto, a rede tem muito mais de quarenta anos, e em engenharia, quando se calcula as redes de abastecimento calcula-se para um máximo de quarenta anos, pelo que há muito que já deveria ter sido acautelado e preparado estas alterações. Não foi feito, não foi feito ao longo destes anos todos, e quando chegaram e tomaram conta destes dossiers começaram a verificar estas situações e a trabalhar, o mais rapidamente possível, para as corrigir, e é isso que vai ser feito, com toda a naturalidade.

Depois, quando fala aqui, e não sabe de que forma ou com que objetivo é que aqui trouxe a questão do centro de saúde da Baixa da Banheira, sinceramente, não percebe, dizer que durante muito tempo nada se fez, não se usou os instrumentos legais à disposição do município para resolver o contrato com o empreiteiro que já sabiam que não tinha capacidade financeira de levar até ao fim a obra, e andaram quase até ao período de poderem perder a candidatura, e perderam-na, e foi o trabalho deste executivo, junto das diversas entidades, que permitiu voltar novamente a fazer válida a candidatura, para que tivessem a verba necessária para lançar novo concurso, e esse novo concurso já foi lançado. Os prazos já

decorreram, e a adjudicação a quem ganhou o concurso só não foi à última reunião pública de Câmara porque houve reclamações, uma coisa perfeitamente natural e prevista na lei, mas, se nada obstar e nada acontecer, está previsto que na próxima reunião privada de Câmara de dia oito de março, possa vir a adjudicação dessa mesma obra. Por isso, não percebe as questões que aqui trás, porque tudo o que fizeram desde que cá chegaram foi resolver um conjunto de situações que estavam inquinadas, que não andavam para a frente, e têm vindo a resolvê-las, com toda a calma e com toda a naturalidade, e repetirá isto as vezes que forem necessárias. Sabe que este empenho, esta vontade, este querer e, acima de tudo, esta capacidade de fazer, têm incomodado muitas pessoas, mas também diz que são muito mais as que ficam satisfeitas, porque as pessoas lá fora reconhecem que querem fazer e apesar de, aqui ou ali, haver sempre alguém que tudo faz para que as coisas não aconteçam, têm conseguido resistir às adversidades, às dificuldades normais e àquelas dificuldades artificiais que lhes querem ser impostas, ou pseudo dificuldades artificiais, e lançar obra. Ainda se lembra muito bem que no final do ano diziam que o centro de saúde tinha lá mil euros e que era impossível lançar a obra, e no dia quatro de janeiro estava a haver uma reunião de Câmara para lançar os procedimentos para que depois as empresas pudessem concorrer e chegassem ao ponto a que chegaram, e ainda no mês de fevereiro podiam estar a dizer quem é que tinha ganho a obra, mas porque um dos concorrentes reclamou, e pode reclamar, esperam levar a proposta, se tudo correr bem, e confia plenamente no serviços jurídicos, entre outros serviços da Câmara, no dia oito de março, um dia que não deixa também de ser simbólico.

Com isto, espera ter respondido, de uma vez por todas, às questões do senhor João Henriques, e o porquê de nem sempre ser possível estar a olhar enquanto lhe coloca as questões, porque, como calculará, reunida a informação e estando na posse da informação, não tem qualquer problema em olhar, olhos nos olhos.

Respondendo às questões trazidas pela senhora Rosa Paula Marques, relativamente à marcação de estradas e pavimentos, a mesma segue a planificação prevista e se quiser saber rua a rua, local a local, é uma questão de marcar uma reunião e esclarecerem essas questões sobre o que é que está a ser visto o que é que está a ser programado em cada uma das ruas quanto à pavimentação. Agora, poderia certamente ficar aqui satisfeita com a intervenção que foi feita junto à Cercimb na Fonte da Prata, uma intervenção feita a pedido das famílias, a pedido das pessoas, em que se criou ali um lugar para pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada, fez-se ali um kiss&go da mesma maneira que se fez junto à escola Fragata do Tejo, e fez-se a pintura rodoviária para garantir as melhores condições de segurança de quem faz o atravessamento da via, ali e noutros locais, mas se quiser saber, em detalhe, sobre outras localidades ou outras ruas, é uma questão de sublinhar quais é que pretende saber e marcar uma reunião, todavia está a ser seguido o plano previsto.

Quanto ao senhor Ricardo Paz, que lhes trouxe aqui um conjunto de situações, o que lhe pode dizer é que, desde o primeiro momento, sempre alertaram para as questões de mobilidade e da transferência de competências para o município, e gostavam, na altura, que tivesse havido um debate mais alargado no âmbito do traçado e da frequência, mas, infelizmente, aquando de um conjunto alargado de decisões, os partidos, na altura, na oposição, não foram envolvidos. Assumiram essa responsabilidade no dia dezanove de outubro de dois mil e vinte e dois, e o que pode aqui dizer e adiantar é que, desde o primeiro momento, fizeram esforços junto da TML, porque a Câmara Municipal da Moita, e as outras câmaras municipais, delegaram as competências da autoridade municipal para os transportes públicos na AML, e quem conduz este processo é o senhor Primeiro-secretário Carlos Humberto, e o senhor Carlos Humberto, juntamente com o Presidente da TML e, neste caso, quem costuma acompanhar de perto estes trabalhos é o senhor Rui Lopo, com quem têm trocado mensagens constantes no sentido de alertar e lhes fazer chegar estas preocupações, seja pelos canais formais diretamente para a TML por e-mail, seja através de mensagens do Presidente da Câmara para o senhor administrador, para o recordar daquilo que lhes disse aqui. E têm falado com estas duas pessoas e analisado, uma e outra vez, a necessidade de corrigir as situações que o senhor aqui trouxe, muitas vezes, diariamente.

Agora, se lhe pergunta se a TML estará a fazer bem ou o mal o seu trabalho, é uma questão que têm que aferir e, se calhar, têm que perguntar. Se calhar, têm que voltar a chamar o senhor Rui Lopo à Câmara Municipal para prestar esclarecimentos sobre esta matéria. É uma possibilidade porque enviam mails, quando estão nas reuniões da AML fazem chegar essas preocupações, enviam as queixas que lhes fazem chegar por e-mail e, algumas vezes, fazem questão de as entregar em mão, não sempre, mas algumas vezes fazem questão, no final da reunião, de entregar em mãos as questões que lhes são aqui trazidas, não só pelo senhor, mas por muitos munícipes que todos os dias utilizam os transportes, problemas aos quais são sensíveis, só que a Câmara Municipal, ainda no tempo do executivo anterior, delegou, e bem, a par de muitos municípios, na Área Metropolitana de Lisboa que, por sua vez, criou uma empresa que tem

um conjunto alargado de administradores que têm que trabalhar para dar estas respostas, porque a Câmara sabe que paga mais de novecentos mil euros para subsidiar o passe, ainda que saiba que isto seria incomportável se o governo não colocasse oitenta milhões de euros, porque não são só as câmaras que subsidiam o passe, e bem, como aqui muito foi falado, um de trinta euros e um de quarenta euros. É graças ao esforço das câmaras municipais e graças ao esforço do governo, que para este projeto na Área Metropolitana de Lisboa coloca um valor de oitenta milhões de euros que é possível que, na Área Metropolitana de Lisboa, e dentro do próprio município, possam fazer um passe para dois pais e mais dois descendentes.

Espera ter esclarecido as questões do senhor Ricardo Paz, e fica o compromisso que o Presidente da Câmara, e todo o executivo, vai continuar a fazer pressão junto da TML, vai continuar a fazer pressão e a conversar com o senhor Carlos Humberto, e vai continuar a fazer pressão junto do senhor Rui Lopo para que, de uma vez por todas, as necessidades de todos os que utilizam aquele transporte sejam respondidas. Fará tudo que estiver ao seu alcance, e foi isso mesmo que disse na última mensagem que enviou ao senhor Rui Lopo.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Queria referir aqui duas ou três questões, ainda em relação às ruturas, porque a Baixa da Banheira sofre do mesmo problema que sofre todo o concelho. Pode dizer que a rua Soeiro Pereira Gomes e a rua Gago Coutinho, estão tão esburacadas por várias ruturas que têm acontecido que o carro de uma familiar sua esteve enterrado dentro de água anteontem, e hoje, porque com as chuvadas o buraco que foi tapado começou novamente a afundar. É uma situação que todo o concelho atravessa e pensa que a Câmara Municipal tem que começar a pensar em estudar começar pela Moita, começar pela Fonte da Prata, ou começar pela Baixa da Banheira, mas levar o concelho a eito, ano a ano, orçamento a orçamento, para alterar este problema.

Queria também reforçar uma coisa que o senhor Presidente aqui não falou, mas que acha que era interessante referir quando diz que o passe é pago pelo governo e pela autarquia, porque também é pago pelo utente, uma vez que o utente também dispõe uma verba para esse passe, portanto, tem todo o direito, como pagante, de exigir à Câmara Municipal, que é o seu elo de ligação, que faça chegar à TML e, principalmente, à empresa Alsa Todi, que continua com muitas dificuldades em cumprir o contrato que assinou com a Área Metropolitana de Lisboa, mas que tem que cumprir, portanto, compete à autarquia continuar a pressionar essa situação, ainda que agora esta situação seja diferente da primeira que abordaram aqui que, recordou, foi por causa dos horários e da falta de carreiras, agora há carreiras, mas estão a ser utilizadas para outro fim que não o inicial, e isso tem que ser alterado. O próprio cidadão deu uma sugestão para que sejam criadas carreiras próprias que possam ser utilizadas por estudantes, deixando estas disponíveis, e é essa sugestão que deixa aqui à Câmara Municipal para que a leve à Área Metropolitana de Lisboa.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

O que veio aqui, em primeiro lugar, dizer é que o tom com que o senhor Presidente fala é algo que não permite uma resposta cabal às questões que aqui são colocadas pelas pessoas que aqui vêm, e não permite por vários motivos. Um, para já, porque o senhor Presidente raramente dá respostas que possam, minimamente, corresponder às perguntas que foram feitas, outro, porque criam um clima de agressividade que não ajuda, e já disse isto mais do que uma vez, a que a mensagem passe e que as pessoas tenham vontade de vir cá outra vez fazer mais perguntas, sem ser num tom também agressivo e esse tom vai subindo. E, o senhor Presidente, infelizmente, é o principal responsável para que isto aconteça.

Depois, algumas coisas que o senhor Presidente diz têm um único objetivo, que é amesquinhar quem o antecedeu, com um sem-número de coisas cuja colagem com o real é algo que só mesmo na imaginação de alguns, e depois esquece-se de algumas questões que, realmente, gostavam de ver respondidas. Por exemplo, a senhora Rosa Paula Marques perguntou-lhe acerca da auditoria que foi feita ao executivo, que o senhor Presidente da Assembleia não referiu quando fez o sumário das perguntas colocadas, e o senhor Presidente da Câmara Municipal também não respondeu. A CDU pretende fazer esta pergunta, já que ela

foi feita aqui, porque gostariam de ver esta questão respondida, porque durante meses afirmam a seguir às eleições falaram-se de ilegalidades, falou-se de tudo e mais alguma coisa, e passado um ano gostavam de saber se a auditoria que foi feita, e que esperam que já existam resultados, tanto que já foi pedida uma segunda auditoria para outras coisas, e gostariam de ver o resultado dessa auditoria porque têm toda a confiança nos seus eleitos, nestes que aqui estão e naqueles que cá estiveram, portanto, estão à vontade como sempre estiveram.

Outra questão que é constante, quando tratam o tema dos transportes, quando se fala na TML e quando se fala na Área Metropolitana de Lisboa, é que o senhor Presidente refere dois nomes, que são dois nomes que foram eleitos pela CDU, e excelentes quadros da CDU, um do PCP, outro do Partido Ecologista Os Verdes, que têm um perfil reconhecido na Área Metropolitana de Lisboa, tanto que estão nos cargos em que estão, acontece que não são os principais responsáveis desses cargos em que estão. A Presidente da Câmara Municipal da Amadora, senhora Carla Tavares do PS, é que a Presidente da Área Metropolitana de Lisboa, não é o senhor Carlos Humberto, e o Presidente da TML não é o senhor Rui Lopo, é o senhor Faustino Gomes, e o senhor Presidente sabe isto, portanto, ao dar este tipo de respostas, o que está a fazer é mentir, mentir às pessoas. E também sabe porque, por acaso, falou com ele há pouco tempo, que o senhor Rui Lopo lhe deu o seu número de telefone para falar com ele regularmente, portanto, marque reuniões. A CDU vai fazê-lo.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que o Presidente da Câmara tinha pedido a palavra para defesa da honra, em relação aos termos usados pelo deputado municipal João Figueiredo, e que lhe ia passar a palavra antes de a dar ao último deputado municipal inscrito.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)**

Disse que terá todo o prazer em pedir desculpa se assim for e se tiver ofendido o Presidente da Câmara.

#### **Defesa da Honra proferida pelo Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

«Rápida e sucintamente, só para esclarecer aqui uma questão que aqui foi dita, e lamento muito aquilo que foi aqui dito, ou da forma que foi aqui dito, ou seja, o senhor deputado municipal João Figueiredo acusou-me de mentir, taxativamente, de ser mentiroso.

Dizer-lhe, olhos nos olhos, no âmbito das reuniões da AML, e não só, que o senhor Carlos Humberto assumiu responsabilidade pessoal sobre esta matéria. Assumiu responsabilidade pessoal sobre esta matéria na área dos transportes, e é por isso, e pelas situações que se verificaram, que disse “a responsabilidade política é minha” e que assumia essa mesma responsabilidade. Disse-o, com toda a frontalidade, à frente de vários presidentes de câmara, e é por isso que eu me refiro desta forma. A responsabilidade na temática dos transportes é do senhor Carlos Humberto e, neste caso, o interlocutor, de quem tem o contato, e por isso disse, e disse bem, para quem tenho mandado mensagens recorrentemente, é para o senhor Rui Lopo, não é para outros, é para o senhor Rui Lopo.»

Neste momento, e perante uma interrupção do deputado municipal João Figueiredo, sem recurso a microfone, disse que não o interrompeu e que agradecia que também não o interrompesse, porque depois diz que há crispação no diálogo, mas está a responder com toda a naturalidade e, quando o interrompe, cria aqui uma certa tensão, coisa que se pretende de todo evitar.

#### **Defesa da Honra proferida pelo Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino (continuação)**

“Dizer-lhe que, quando eu respondo desta forma, é com base nestas informações, que são verificáveis e que são claras, por isso, o senhor, face ao exposto, não me pode chamar de mentiroso.

E, pedir desculpas, ou não, é uma coisa que ficará a cargo da sua consciência e só a si dirá respeito.”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Retomou as intervenções das forças políticas representadas sobre as questões colocadas, e passou a palavra ao último interveniente inscrito.

### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

É, por natureza, crítico relativamente a uma série de situações, basta não concordar com elas. Tem-se como livre, totalmente livre, e diz o que tem a dizer quando é preciso ser dito. Raramente traz encomendas e, raramente, embarca em situações com as quais não concorda.

Dito isto, e acerca de uma série de situações que foram aqui referidas e focadas, sendo que a sua primeira intenção de intervenção tinha a ver com as questões aqui colocadas pelo público, às quais, naturalmente, é sensível, e a questão da água é uma questão importante, o abastecimento de água, e vive em Sarilhos Pequenos onde têm tido grandes problemas, e repara que o assunto está a ser tratado com uma grande urgência. Apercebeu-se que, na última rutura que houve no Alto de São Sebastião, a Câmara teve lá os seus funcionários a trabalhar de forma ininterrupta, o próprio foi lá duas vezes, porque estava preocupado porque não conseguia tomar banho, ver como é que estavam os trabalhos e os trabalhos estavam a ser feitos, e foram feitos, e o problema foi, pelo menos parcialmente, resolvido, porque permitiu que as pessoas tenham água, mas é evidente que esta situação da rede ter quarenta e muitos anos é uma situação que não é por azar, é porque as coisas são assim mesmo. Provavelmente, a CDU, se estivesse no executivo, também teria sido obrigada, no final de vida da rede, a fazer a intervenção, o que é facto é que não está cá e o problema caiu em cima de quem cá está, que deve resolver o problema e que está a resolver o problema, agora o que não podem, todos, é agarrar nestas coisas e fazer política, diria, baixa.

As coisas são o que são, quem está a resolver é quem está a resolver, a rede chegou ao estado em que está, o que é do conhecimento de todos, porque não foi feita qualquer intervenção, e isto é real, é perfeitamente real, está à vista de todos, portanto, a rede está podre, o fibrocimento parte-se, as ruturas acontecem e depois alguém tem que resolver. Seria altamente criticável se o atual executivo, perante as dificuldades, perante as evidências, não resolvesse, no entanto, quer referir que estas ruturas já aconteceram antes, várias vezes, e nunca ninguém resolveu, portanto, não há legitimidade agora, por parte da CDU, têm que ser claros, nem tão pouco as encomendas que são feitas a quem aqui vem reclamar aquilo que devia ser reclamado há muito tempo, porque é preciso dizer isto, é real, não podem ignorar e as coisas são, exatamente, o que são.

A questão da comparação, com que o deputado João Figueiredo fica muito escandalizado por ser feita, é inevitável, não é possível viver de outra maneira. Vivem na base das comparações, do que foi feito, do que deixou de ser feito, do que devia ter sido feito, do que não foi feito, de quem é a responsabilidade, quem é que assume agora, de quem era antes, isso é o normal, é a vida a correr, é “a vidinha a andar”. Cada um assume as suas responsabilidades, em cada momento, portanto, a comparação é inevitável, é assim que se vive, é assim que se relacionam, é comparando as coisas, não há outra forma. Portanto, aquilo que devia ter sido feito não foi feito, está agora a ser feito, e custa a quem não fez ouvir, mas são as evidências, não há como evitar, as coisas são o que são.

Queria referir também, porque lhe parece desagradável, profundamente desagradável, esta questão da crispação que se verifica nalgumas assembleias, e verifica também, aliás, todos verificaram, o que também é evidente, que o Presidente da Câmara, que, por vezes, é crítico, enfim, vivem também disso e criticam-se, naturalmente, uns aos outros, mas verifica que o Presidente da Câmara é permanentemente acusado de ser o causador da crispação que se verifica aqui nalgumas reuniões. Não gosta muito do termo, mas isso é mentira, e já parece o deputado João Figueiredo a referir, várias vezes, as mentiras que são ditas. É mentira por uma razão simples, está aqui permanentemente nas assembleias, ainda não faltou a nenhuma e já viveu aqui momentos de alguma crispação, e grande parte desses momentos não o são, de forma nenhuma. É profundamente injusto acusar, permanentemente, o Presidente da Câmara de ser o causador dessa crispação. Entre outras reuniões, esta de hoje é a prova evidente disso. O som de fundo, os risos permanentes, não são e não vieram da parte do senhor Presidente. O que está a causar incómodo hoje, a si causa-lhe, são as risadas permanentes, até da parte de alguns vereadores, o ar de brincadeira, o ar de achincalhamento da Assembleia, o magoar a dignidade de todos, que são a Assembleia. Não é, no caso de hoje, e em muitos outros casos, de forma nenhuma, oriundo do Presidente da Câmara, portanto, há que ter cuidado com essas coisas. Também deve dizer que o incómodo que se sente nalgumas assembleias começa a ser pesado e, provavelmente, a reação não vai ser muito boa, portanto, é preciso cuidado.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Neste momento, perante reações manifestadas por parte do público, esclareceu que não é o público que dirige os trabalhos, nem é o público que critica os deputados que estão aqui para a função para as quais foram eleitos pela população, e interrompeu os trabalhos até que fosse reposta a ordem na sala.



### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Retomou os trabalhos e passou novamente a palavra ao deputado municipal António Costa para terminar a sua intervenção.

### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

No seu entender, o que tinha que ser dito está dito, não é preciso continuarem a “bater na mesma tecla”. O que pede a todos, se possível, e isto é simples, é que todos façam um esforço no sentido de se defenderem a si próprios e defender aquilo que é a dignidade da Assembleia. Todos têm que ter muito cuidado com isso.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perante um pedido de defesa da honra manifestado pelo deputado municipal João Figueiredo, disse que considerava que a sua honra não tinha sido posta em causa em nada, e por essa razão não lhe ia dar a palavra, tendo dado por concluído o período de intervenção do público.

## **PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA**

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

- 2.1 - Moção “Por um regulamento municipal de entrega, remoção e recolha de veículos abandonados ou estacionados indevida e abusivamente na via pública”, apresentada pelo Deputado Municipal Independente Bruno Mendes;
- 2.2 - Moção “Pela Educação, Pela Democracia e Por Portugal”, apresentada pelo Deputado Municipal José Marques do PSD;
- 2.3 - Moção “Pela Paz e Prosperidade na Ucrânia e na Europa – Solidariedade com o Povo Ucraniano”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;
- 2.4 - Moção “Dia Internacional da Mulher”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;
- 2.5 - Moção “Por um voto de pesar pelas vidas perdidas na consequência da invasão Russa da Ucrânia”, apresentada pelo Deputado Municipal Independente Bruno Mendes;
- 2.6 - Saudação “Centenário do União Futebol Clube Moitense”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;
- 2.7 - Recomendação “Desconto familiar no acesso à Piscina Municipal”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.8 - Moção “Pela defesa da Escola Pública e pela valorização dos Professores e de todos os profissionais da Educação”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- 2.9 - Moção “8 de Março: Dia Internacional da Mulher Símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.

Estando contemplados sessenta minutos para o Período Anterior à Ordem do Dia, e para garantir o cumprimento do Regimento, tendo sido entregues nove documentos para apreciação e votação e uma declaração política, informou que teriam cerca de seis minutos para a leitura e discussão de cada um.

### **Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU**

Apresentou um pedido de interpelação à Mesa, ao abrigo do artigo trinta e seis, número dois, do Regimento, para saber se estava contemplada uma intervenção política da CDU.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Informou que não, mas que a ia considerar, passando assim a existir um total de dez documentos no Período Anterior à Ordem do Dia.

### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Pedi a palavra para interpelar a Mesa porque a CDU apresentou um requerimento na sessão da Assembleia Municipal do dia cinco de julho de dois mil e vinte e dois, em que era pedida uma informação a esta Assembleia sobre os valores das avenças pagas nos anos dois mil e vinte, dois mil e vinte e um, até maio de dois mil e vinte e dois. Já na última Assembleia, se dirigiu particularmente ao senhor Presidente, que se deve recordar, e fez esta pergunta, mas este requerimento, que foi votado por larga maioria aqui nesta Assembleia, portanto, é uma decisão da própria Assembleia e, até agora, não está a ser respeitada, porque não receberam informação nenhuma. Portanto, queria perguntar isso ao senhor Presidente e, simultaneamente, dado o tempo decorrido, queria pedir que a informação sobre as avenças fosse prestada até final de dois mil e vinte e dois, porque como foi pedido em julho referiam-se a maio, mas agora já estão quase no final de fevereiro e os valores de dois mil e vinte e dois já estão apurados, pelo que queriam saber essa informação sobre as avenças. Até porque, recentemente, tiveram conhecimento público que uma revista, a “Sábado”, referia, exatamente, a questão das avenças, e é muito mau a Assembleia e os eleitos aqui presentes terem feito esse requerimento, atempadamente, e virem a saber algumas coisas pela comunicação social quando, pelo seu papel fiscalizador, é aqui que têm que pedir e é aqui que têm que fazer.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

De imediato, pediu à funcionária de apoio à Assembleia Municipal para, em seu nome, reiterar oficialmente à Câmara Municipal o pedido de uma resposta.

Em seguida, pediu ao Deputado Municipal Independente Bruno Mendes para proceder à apresentação do documento 2.1.

### **Deputado Municipal Independente Bruno Mendes**

#### **“MOÇÃO**

#### **POR UM REGULAMENTO MUNICIPAL DE ENTREGA, REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS ABANDONADOS OU ESTACIONADOS INDEVIDA E ABUSIVAMENTE NA VIA PÚBLICA**

Tenho vindo a dar conhecimento à edilidade de uma das minhas preocupações, que deverá ser também a de muitos habitantes da Moita, preocupação esta que diz respeito ao estacionamento abusivo e/ou indevido na via pública;

Nos últimos meses fiz chegar ao conhecimento da Câmara Municipal, informação de cerca de 50 viaturas que se encontram nesta condição, no nosso Município, condição esta que se encontra regulada pelo artigo 163º da Lei n.º 72/2013, de 3 de setembro, vulgo código da estrada;

É verdade que algumas dessas viaturas reportadas, foram efetivamente retiradas da via pública, providenciando assim mais estacionamento para os munícipes, no entanto muitas outras ainda se encontram nestas condições, o que urge uma resposta mais célere a esta questão;

Uma das respostas que recebi do Departamento de Gestão e Valorização Territorial refere que algumas das viaturas não foram removidas devido à inexistência de espaço suficiente para albergar as mesmas, estando a aguardar que algumas dessas viaturas saiam para depois sim, seja possível rebocar outras;

O Município, bem como o seu desenvolvimento, não pode ficar refém desta inércia;

Segundo dados do Eurostat, verifica-se um crescente número de viaturas nas ruas de Portugal, sendo que o nosso país tem o sexto maior número de automóveis com mais de 20 anos (cerca de 1 milhão), tornando-se urgente antecipar a resposta a esta situação, com uma eventual expansão do depósito municipal de viaturas, ou outras medidas que possibilitem albergar mais viaturas à responsabilidade do Município da Moita;

Outra medida, já adotada por municípios limítrofes e que, urge pela demora é a adoção de um regulamento municipal de entrega, remoção e recolha de veículos abandonados ou estacionados indevida e abusivamente na via pública, estabelecendo, deste modo, regras para este flagelo crescente no nosso Município, criando assim condições para o cumprimento das exigências ambientais, harmonizando-as com

as regras constantes do Código da Estrada e demais legislação, sendo ainda de salientar que esta preocupação se conjuga com a melhoria do estacionamento, segurança e circulação de peões e automobilistas;

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal da Moita delibere,

1. Pela criação de um regulamento municipal de entrega, remoção e recolha de veículos abandonados ou estacionados indevida e abusivamente na via pública, harmonizando o mesmo tendo em conta o código da estrada;
2. Adotar medidas que, possibilite albergar mais viaturas no depósito municipal existente para esse efeito;
3. E que seja contemplado no mesmo, caso esta moção seja aprovada, a situação da mobilidade suave, referindo-me ao estacionamento abusivo das trotinetes, visto que, o aumento da procura por estes veículos tem-se refletido no número de acidentes registados e, mesmo sabendo que as empresas como por exemplo a Bolt ou Lime ainda não terem representação no nosso município convém agir antecipadamente antes que isso aconteça, de forma a contribuir para a segurança dos nossos munícipes, lembrando que no Montijo já se encontram implementadas cerca de 300 trotinetes.

24/02/2023

Bruno Mendes

Deputado Independente da Assembleia Municipal da Moita”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por maioria com sete votos a favor, sendo um do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira; vinte e quatro abstenções, sendo catorze do PS, dez da CDU.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do PSD para proceder à apresentação do documento 2.2.

#### **Deputado José Marques do Grupo Municipal do PSD**

##### **“Moção: Pela Educação, Pela Democracia e Por Portugal**

A educação é uma das principais ferramentas para o desenvolvimento, pois permite a aquisição de habilidades, conhecimentos e valores que são fundamentais para o crescimento pessoal e profissional das pessoas, bem como para o desenvolvimento da sociedade. Através da educação, é promovida a oportunidade de adquirir habilidades técnicas e conhecimentos que são essenciais para o sucesso em diferentes áreas e vitais para o equilíbrio da sociedade. A educação é um fator determinante para o desenvolvimento económico e social de um país, pois com maior investimento em educação, o país terá uma mão de obra mais qualificada, o que aumenta a produtividade, impulsiona a inovação e, consequentemente, estimula o crescimento económico e fomenta o bem-estar social.

Uma sociedade sem educação seria provavelmente uma sociedade caótica e empobrecida, com baixos níveis de desenvolvimento humano e económico. Sem educação, as pessoas teriam dificuldade em desenvolver habilidades essenciais, logo a começar pelo pensamento crítico, tolerância, respeito pelos direitos humanos e participação cívica. Sem uma educação sólida e abrangente, os cidadãos não estarão equipados para participar de forma eficaz e significativa na vida política e na tomada de decisões democráticas, o que afetaria diretamente a economia e a produtividade da sociedade. Além disso, sem educação, as pessoas teriam maior dificuldade em se envolverem na tomada de decisões políticas e

influenciar o curso de sua própria vida, o que poderia levar a uma governação opressiva e injusta. **A educação é essencial para garantir uma democracia funcional e saudável.**

**A educação e a democracia são interdependentes e essenciais para o desenvolvimento humano e para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Uma sociedade educada é uma sociedade democrática e uma sociedade democrática é uma sociedade que valoriza e investe na sua educação.**

A escola é uma instituição crucial para o desenvolvimento humano e para que seja um **agente real de desenvolvimento** e possa desempenhar efetivamente seu papel de promover um desenvolvimento significativo para todos os alunos, é preciso que ela tenha acesso a **recursos adequados**, bem como receba **Investimento adequado** da parte do Estado para garantir as infraestruturas e os recursos necessários para fornecer uma educação de qualidade. Aqui se incluem não apenas investimentos em edifícios e equipamentos, mas também **em recursos humanos, como professores qualificados, valorizados e bem treinados**, capazes de promover práticas pedagógicas inovadoras.

Segundo o estudo **PISA** (*Programme for International Student Assessment* - Programa Internacional de Avaliação de Alunos) que consiste numa rede mundial de avaliação de desempenho escolar, realizado pela primeira vez em 2000 e repetido a cada dois anos, quando analisado ao longo de todo o tempo, **Portugal continua afastado das economias mais competitivas** ao nível mundial no que toca ao desenvolvimento, atração e retenção de talento. **Depois de dois anos consecutivos a perder terreno, do 17.º lugar, em 2018, Portugal passou para o 23.º, em 2019, e para o 26.º, em 2020, a mesma posição que ocupa no ranking [de 2021].** Os resultados de 2021 são acentuados pela descida do país no que respeita aos fatores de “Investimento & Desenvolvimento” e “Preparação”, que **o colocam ainda mais longe das três economias consideradas mais competitivas ao nível mundial**, no total de 64 analisadas.<sup>1</sup>

Estes números atestam a necessidade de uma **imperativa e urgente reorientação do nosso sistema de ensino** e a **estabilização, formação e valorização do corpo docente**, uma classe profissional envelhecida, da qual anualmente milhares de professores saem, sem que o sistema de ensino superior forme e coloque nas escolas os respetivos substitutos.

**A falta de professores nas escolas agravou-se ainda mais no ano transato com a reforma de mais de dois mil docentes.** Em setembro de 2022, 257 professores passaram à reforma e em outubro do mesmo ano, as aposentações no Ensino atingiram cerca de 280 docentes dos Ensinos Básico e Secundário, de acordo com dados da Caixa Geral de Aposentações citados pelo *Correio da Manhã*,<sup>2</sup> o que representa “um novo recorde de saídas mensais”, como repara o referido jornal.

As projeções de um estudo de diagnóstico de necessidades docentes de 2021 a 2030, da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em colaboração com a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) indicam que, dos cerca de 120 mil docentes em funções, deverão aposentar-se cerca de 32 mil, até 2030.<sup>3</sup>

A escola pública vai sobrevivendo apenas graças à abnegação e ao espírito de missão dos professores, como ficou bem demonstrado no período difícil, vivido em tempos de pandemia. Numa simples pesquisa da imprensa de 2021, encontramos títulos como: “**Professores, heróis em tempo de pandemia**” e excertos como “**Perante a falta de planeamento de um Governo que se limita a repetir os mesmos erros ao longo da pandemia, os educadores e os professores foram obrigados a um autêntico exercício sobre-humano.**”; lendo-se ainda: “**Não é suposto ter superpoderes para exercer a nobre missão de ensinar!**”; ou ainda: “**os educadores e professores fizeram o possível por continuar a ser uma presença assídua na educação de milhares de crianças e jovens, que guardarão para sempre os seus significativos gestos de disponibilidade.**”<sup>4</sup>

Perante tamanha desestruturação de um setor vital para a sociedade, que sobrevive graças ao empenho e dedicação dos seus profissionais, coloca-se a seguinte pergunta: **irá o Governo ainda aprender esta lição?**

---

<sup>1</sup> <https://eco.sapo.pt/2021/12/09/portugal-continua-longo-dos-paises-mais-competitivos-em-talento-mantem-o-26-o-lugar-do-ranking/>

<sup>2</sup> <https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/cerca-de-280-professores-vao-reformar-se-no-mes-de-outubro>

<sup>3</sup> <https://observador.pt/2021/11/17/e-preciso-contratar-345-mil-professores-ate-2030-para-salvaguardar-aposentacoes/>

<sup>4</sup> <https://observador.pt/opiniao/professores-herois-em-tempo-de-pandemia/>

É evidente que o caminho seguido nos últimos anos e os acontecimentos recentes mostram que não, **o governo não é bom aluno, é medíocre na análise e mau na resolução de novos problemas**. Chumba irremediavelmente na avaliação das circunstâncias e teima em manter obstinadamente um braço de ferro com os sindicatos, recusando em ceder à reposição dos legítimos direitos dos professores, que **lutam pela modernização do sistema de ensino, da escola e pela dignificação dos seus principais agentes – os professores!**

O Governo parece querer ignorar a afirmação de Derek Bok, que já nos anos 30 do século XX afirmou: **“Se você acha que a educação é cara, experimente a ignorância”**.<sup>5</sup>

**A Assembleia Municipal da Moita, reunida em 24 de fevereiro de 2023, solidariza-se com a luta dos professores na defesa de um ensino de qualidade e dos seus legítimos direitos, pela educação, pela democracia e por Portugal!**

A presente moção deve ser enviada para:

- Excelentíssimo Senhor Presidente da República;
- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República,
- Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação,
- Grupos Parlamentares
- Imprensa.

O representante do PSD na Assembleia Municipal da Moita  
José Duarte Batista Marques”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

#### **Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias**

Acha interessante ser o PSD a trazer esta moção, e porque aprenderam uma classe na sua vida escolar que é a história, só quis relembrar o PSD que o seu primeiro-ministro na altura, Pedro Passos Coelho, e o ministro da educação, Nuno Crato, disse que havia professores a mais, portanto, é interessante o PSD trazer uma moção a reivindicar melhores condições para a educação, quando foram os responsáveis por terem chegado onde chegaram. Obviamente, não poderão acompanhar esta moção do PSD.

#### **Deputada Tânia Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

De facto, as pessoas mudam, é uma realidade, mas só queriam fazer uma adenda a esta moção, se assim o entenderem, porque uma vez que ela faz, e bem, alusão aos sindicatos, achavam que também a eles devia ser enviada, ou seja, remeter às associações sindicais esta mesma moção, se ela for aprovada.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Confirmou junto do proponente que aceitava a sugestão para que a moção seja igualmente enviada a todos os sindicatos ligados ao setor da educação, e por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por maioria com dezasseis votos a favor, sendo dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira; quinze votos contra do PS.

---

<sup>5</sup> Advogado, educador e antigo reitor da Universidade de Harvard

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

### **Declaração de Voto do Grupo Municipal do PS proferida pelo Secretário da Junta de Freguesia da Moita, Miguel Póvoas Santos**

«Nunca seria possível para o Partido Socialista acompanhar esta moção, e faço esta declaração de voto também um bocadinho pessoal, porque, felizmente, eu sou professor. E, não tendo sido professor na altura do ministro Nuno Crato, eu acompanhei bem o que é que se passou no ministério da Educação nessa altura e, realmente, até é engraçado que o PSD traga a palavra “chumbo” porque foi, efetivamente, aquilo que nós retirámos do ensino. Recordo-me do ensino sim que era elitista, um ensino sim que ostracizou muitas das áreas, a não ser a língua portuguesa e a matemática que, obviamente, são muito importantes, mas o aluno, tal como os docentes, são seres holísticos, e sim, isso não foi contemplado, por isso, nunca na vida seria acompanhado por nós.

Também há que ressaltar, porque na política a memória não pode nunca ser curta, que foi também no governo de Pedro Passos Coelho, com o ministro da educação Nuno Crato, que houve um acréscimo de verbas por parte do governo para os colégios privados, um caminho que tinha sido sempre reduzido, pois era uma medida que tinha sido tomada no pós 25 de abril para colmatar as lacunas da escola pública. Curiosamente, foi o único mandato em que isso não aconteceu, e como a memória também não me é curta, também me recordo das manifestações dos colégios privados, por isso, agora, acho extremamente curioso, o mesmo partido, vir cá trazer uma moção sobre a salvaguarda da escola pública.»

### **Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora**

“Em relação a esta moção o Bloco de Esquerda não esquece quem atacou o ensino público para ir além da troika e congelou a contagem de tempo de trabalho de professores, nomeadamente, os seis anos, seis meses e vinte e três dias.

Apesar disso, votámos favoravelmente esta longa moção pois a mesma, finalmente, mostra, ou parece mostrar, que o PSD começa a reconhecer o mal que fez aos professores e ao ensino.”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pedi ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.3.

### **Deputada Carmen Lima do Grupo Municipal do PS**

#### **“Moção**

#### **Pela Paz e Prosperidade na Ucrânia e na Europa - Solidariedade com o Povo Ucrainiano**

O dia de hoje, 24 de fevereiro, marca um ano do início da invasão do território e do massacre da população Ucrainiana por parte da Federação Russa de Vladimir Putin, numa Guerra que não demonstra qualquer sentido, e acima de tudo não tem conferida qualquer legitimidade no contexto da Ordem Jurídica Internacional, uma vez, que se trata de invadir e ferir a Nação Ucrainiana.

Temos verificado que esta Guerra tem um “objetivo clássico”, que se baseia num louco sonho das cúpulas políticas Russas, e que passa pela recriação de uma “Nova URSS” a custo de milhares de vidas tanto do povo Ucrainiano como dos jovens soldados Russos, que na sua maioria não têm a verdadeira noção por aquilo que estão a combater.

Desde o início do conflito, temos verificado o agravar da crise económica na Europa, num momento em que estávamos a superar as agruras dos confinamentos e do combate à pandemia do COVID-19. O Velho Continente depara-se com uma crise inflacionista, agravada pelos embargos e sanções levantadas à Rússia, mas acima de tudo, por uma crise humanitária ao abraçar o sofrimento de milhões de refugiados Ucrainianos.

Neste longo ano de horrores, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, identifica mais de 15 milhões de pessoas que tiveram que deixar os seus lares, o que corresponde a cerca de um terço da população nacional, e que na sua maioria são menores e idosos.

A Comunidade Internacional, em especial o Ocidente, tem tido um papel de enorme importância no apoio ao esforço de Defesa e de Subsistência do povo Ucrainiano, onde a palavra de “heróis” nos tempos que

nos contemporizam reveste-se de sinónimo da narração dos atos de defesa deste povo. Conjugando-se com as várias ações promovidas pelos movimentos associativos, civis e empresariais na Europa, no nosso País, demonstrado que efetivamente existe uma Europa, ou uma grande parte dela, preocupada com o bem-estar de uma população irmã.

Defender a causa Ucraniana é defender a luta pela Liberdade, pela Integridade e o Bem-Estar na Europa, das Nações e pela Democracia.

Para que a História não apague ou atenuie as atrocidades que o povo ucraniano tem vivido desde o dia 24 de fevereiro de 2022,

**vem a Assembleia Municipal do Moita, reunida em sessão ordinária no dia 24 fevereiro de 2023, deliberar:**

1. Apelar à Paz entre as nações, e expressar a sua solidariedade para com todos os que, na Ucrânia ou fora dela, sofrem os horrores da guerra;
2. Voltar a condenar, de forma veemente, a invasão militar da Ucrânia pelas forças armadas da Federação Russa, a mando de Vladimir Putin;
3. Apoiar firmemente a soberania e integridade da Ucrânia e manifestar total solidariedade e fraternidade com o povo e Estado Ucraniano;
4. Apelar à imediata retirada das tropas russas do território Ucraniano;
5. Demonstrar o apoio para que Nações Ocidentais continuem a socorrer a Ucrânia no seu esforço de defesa militar, defesa civil e humanitária;
6. Apoiar todas as manifestações pela PAZ e manifestar solidariedade com os manifestantes russos que no decorrer do último ano têm sido detidos pelo regime de Putin.

Moita, 24 de fevereiro de 2023

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Esta moção deve ser enviada à Embaixada da Ucrânia em Portugal, à Associação de Ucranianos em Portugal e ao Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Ucrânia.”

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

**Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Esta moção tem aqui um conjunto de pontos que levariam a um debate longo, e não é aqui o local onde creem que se possa fazer, mas há aqui um pormenor cuja alteração gostariam que o PS aceitasse, quando, no segundo parágrafo, indicam que passa pela “recriação de uma nova URSS”, o que propõem é que, em vez dessa “nova URSS”, porque não é manifestamente isso que está a acontecer na Rússia, esteja escrito uma “nova Rússia czarista”.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Confirmou junto do proponente que não aceitavam a sugestão para alterar a moção, e por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com vinte e um votos a favor, sendo catorze do PS, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira; dez votos contra dez da CDU.

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

### **Declaração de Voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Figueiredo**

“Como acho que foi perceptível, a bancada da CDU pediu para fazer esta alteração, no sentido de, mesmo não nos revendo totalmente na moção, iríamos, pelo menos, abster-nos. Os senhores entenderam que a Rússia, atualmente liderada por Vladimir Putin, a Rússia dos oligarcas, tem alguma coisa a ver com a antiga URSS, e não podemos acompanhar, nem sequer abstermo-nos uma moção deste género.”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.4.

### **Deputada Ana Rita Neto do Grupo Municipal do PS**

#### **“MOÇÃO**

Dia Internacional da Mulher

Assinala-se no próximo dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher.

O 8 de Março simboliza a luta pela emancipação cívica e social da mulher e é fundamental para homenagear todas aquelas que lutaram pelos direitos das mulheres e contra a discriminação para exigir as condições necessárias para uma vida digna.

Apesar de alguns avanços no último século e do papel ocupado, por direito próprio, na sociedade, a luta pela afirmação da igualdade de género coloca desafios em diferentes esferas: laboral, política, particular, familiar, etc. As mulheres continuam ainda a ser as primeiras vítimas do desemprego, dos baixos salários, da pobreza e de violência, a todos os níveis.

De facto:

- Apesar de com mais qualificações, as mulheres continuam com taxas de emprego e salários mais baixos, mais horas de trabalho e menor sucesso nas carreiras;
- O aumento do custo de vida agrava as despesas familiares, sobrando para as mulheres a árdua tarefa de gestão do orçamento familiar;
- Em situação de pobreza e exclusão social, de violência, física ou sob outra forma, de prostituição, de tráfico humano, de imigração ou de deficiência, verifica-se uma acentuada vulnerabilidade e desigualdade no grupo mais afetado: as mulheres;
- Apesar do avanço civilizacional, crianças e jovens continuam a ser ainda submetidas à mutilação genital feminina, resultado de questões culturais, familiares e barreiras linguísticas.

Assim, a celebração do 8 de Março, permanece um marco na luta pela emancipação integral da mulher, ou seja, de toda a humanidade.

A violência de género tem que ser encarada como um problema político, um problema de direitos humanos e um problema de cidadania, do qual as autarquias não se podem alhear.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida em 24 de fevereiro de 2023, delibera:

1. Saudar o Dia Internacional da Mulher a 8 de março de 2023 e nele todas as mulheres do concelho da Moita.
2. Repudiar todas as formas de discriminação de género.
3. Saudar todas e todos que, diariamente, conseguem perspetivar o futuro nos princípios da Liberdade, Democracia e Equidade, lutando pela igualdade entre as Mulheres e os Homens, construindo uma sociedade mais justa.

Moita, 24 de fevereiro de 2023

O Grupo Municipal do Partido Socialista”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.



Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Deputado Municipal Independente Bruno Mendes para proceder à apresentação do documento 2.5.

#### **Deputado Municipal Independente Bruno Mendes**

##### **“MOÇÃO**

Por um voto de pesar pelas vidas perdidas na consequência da invasão Russa da Ucrânia

Faz hoje, dia 24 de fevereiro de 2023 precisamente 1 ano, sobre o início da invasão Russa ao território ucraniano, perpetrada por uma visão imperialista do presidente da Federação Russa, tendo resultado na fuga de cerca de 14 milhões de pessoas que tiveram de abandonar todos os seus pertences, famílias e tudo aquilo que, muitos deles levaram uma vida inteira a construir, sendo de salientar que, de acordo com dados da ONU, esta ser a maior crise de refugiados na Europa desde a segunda grande guerra.

Esta invasão já ceifou milhares de vidas, de ambos os lados do conflito, cerca de 300 mil, sendo que 180 mil são elementos do exército russo, e cerca de 100 mil do lado exército ucraniano, bem como mais de 8 mil mortes civis registadas, entre elas 487 crianças, sendo de salientar que muitas destas mortes são originárias de bombardeamentos indiscriminados a hospitais, maternidades, escolas, edifícios públicos, instalações elétricas e edifícios residenciais.

Caso esta moção seja aprovada, é proposto, o seguinte:

1 - É essencial recordar o início da invasão russa com um minuto de silêncio por parte dos elementos desta Assembleia Municipal, que hoje aqui se reúne, pelas vítimas perpetradas por esta guerra, bem como para recordar os horrores trazidos pela generalidade da guerra;

2 - Envio da presente moção para o Exmo. Sr. Presidente da República, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República e Exmo. Sr. Primeiro-Ministro;

3 - Envio da presente moção para a Agência Lusa e diários da região;

4 - Envio da presente moção à Embaixada da Ucrânia em Portugal, à Associação de Ucranianos em Portugal e ao Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Ucrânia

Moita, 24/02/2023

Bruno Mendes

Deputado Municipal Independente”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

### **Declaração de Voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora**

“Da nossa parte, votámos favoravelmente esta moção pelo seu objetivo, mas não podemos deixar de referir aqui que os números que aqui são referidos não são verificáveis por nenhuma fonte independente, nem que possam, certamente, analisar, portanto, estivemos quase para solicitar que fossem retirados os números e falássemos apenas só em vítimas e em mortos, porque isto, parece-nos a nós, que é demasiado demagogo colocar números numa coisa que tem tanta importância.”

Neste momento os membros da Assembleia Municipal colocaram-se de pé e realizaram um **minuto de silêncio** em homenagem às vítimas.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu ao Grupo Municipal do PS para proceder à apresentação do documento 2.6.

### **Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS**

“SAUDAÇÃO

#### **CENTENARIO DO UNIÃO FUTEBOL CLUBE MOITENSE**

Em 1 de Janeiro de 1923, fruto da união de várias equipas de futebol, de bairros da Moita, foi criado o União Futebol Clube Moitense. Num espaço cedido pela Câmara municipal, na zona nobre da vila, onde hoje se situa o pavilhão desportivo municipal, o Clube desenvolveu a sua atividade, interrompida em 1943, quando o espaço lhe foi retirado para o alargamento da feira de maio desse ano, e posterior alojamento das tropas da D.A.A.L.

Passados dois anos, em 1945, a Direção enviou carta à Câmara municipal a lamentar a paragem forçada, tendo assim obtido a cedência de um buraco no Juncal, que os Moitenses aterraram, numa tarefa difícil, usando os precários meios ao dispor.

DE volta à competição, na época desportiva de 1949/50, o Moitense vence o Campeonato Regional da 3ª Divisão. A partir daí, o Clube sagrou-se por várias vezes Campeão Distrital em todos os escalões, tendo atingido os nacionais, em todos os escalões que essas provas contemplam. Por 3 vezes na sua história chegou à 3ª eliminatória da Taça de Portugal, e foi Campeão e Vice Campeão em Torneios Internacionais de futebol juvenil.

No Juncal, evoluem sensivelmente 250 atletas competindo em todos os escalões existentes, em alguns deles com equipas A e B.

Para além do futebol, abraçou recentemente também a secção de pelota e tamburrello.

Sócio Honorário da Associação de Futebol de Setúbal, Medalha de Mérito Desportivo da Câmara Municipal da Moita, o Moitense foi recentemente agraciado pelo Governo Português, com a Medalha de Bons Serviços Desportivos e foi Saudado na Assembleia da República.

Pelo segundo ano consecutivo, obteve da Federação Portuguesa de Futebol, o Estatuto de Entidade Formadora de 3 estrelas.

Assim se propõe a aprovação da presente Saudação.

Moita 24 de Fevereiro de 2023, os eleitos do Partido Socialista”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.7.

### **Deputado Rui Pedro Garcia do Grupo Municipal da CDU**

#### **“Recomendação: Desconto familiar no acesso à Piscina Municipal**

Diz o *Regulamento de Funcionamento e Utilização da Piscina Municipal de Alhos Vedros* que:

*“A prática de atividades físicas e desportivas constitui um importante fator de equilíbrio e bem-estar dos cidadãos, sendo indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade, e reconhecida como elemento fundamental de educação, cultura e vida social do cidadão, proclamando-se o interesse e direito à sua prática.*

*O acesso dos cidadãos à prática física e desportiva constitui um importante fator de desenvolvimento.”*

(...)

*“A Piscina Municipal visa satisfazer as necessidades educativas e formativas da população do concelho da Moita, contribuindo para o aumento e manutenção dos índices de prática desportiva regular e de recreação da população, promovendo a ocupação dos tempos livres de forma salutar e agradável.”*

Este é o objetivo fundamental que a Piscina Municipal de Alhos Vedros vem cumprindo há mais de 20 anos, sendo neste âmbito um dos pilares da atividade municipal no desporto, e dando corpo aos 2 vetores considerados no Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo, apresentado em dezembro de 2020:

- um quantitativo, que indica o acesso universal à Prática Físico-Desportiva, de forma auto-organizada ou institucionalmente integrada;
- um qualitativo, que indica que a Prática Físico-Desportiva propicia representações e valores humanizadores de sociabilização, inclusão, responsabilização e cidadania, bem como, a promoção da saúde, bem-estar e do desenvolvimento integral das capacidades intelectuais dos indivíduos, o que implica uma ação educativa e técnico-pedagógica, uma orientação e adaptação prestada a qualquer indivíduo independentemente da sua condição.

Considerando que:

- o mesmo Plano identifica as dificuldades económicas das famílias como uma ameaça ao acesso à prática desportiva;
- as crescentes dificuldades económicas das famílias, que nos últimos anos, e em particular no último, sentiram o brutal crescimento do peso das suas despesas com alimentação, habitação e energia;
- que o Anexo II do Regulamento de Taxas do Município da Moita, que fundamenta do ponto de vista económico-financeiro os montantes definidos na Tabela de Taxas, estabelece que *“o valor das taxas cuja base/indexante é o custo da actividade pública deve ser calculada tendo como referencial o custo económico da actividade, mas deve também (...) fomentar a prática de certos actos”*.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 24 de fevereiro de 2023, recomenda à Câmara Municipal da Moita que proceda de modo a criar um desconto familiar aos utilizadores da Piscina Municipal da Moita, que considere as famílias com 2 ou mais inscritos nas suas atividades nas seguintes condições:

- Desconto de 20% para o segundo elemento do agregado familiar;
- Desconto de 30% para o terceiro e demais elementos do agregado familiar.

A Assembleia Municipal da Moita recomenda ainda à Câmara Municipal da Moita que o desconto familiar agora proposto seja também replicado para os utilizadores da nova Piscina Municipal da Moita, atualmente em construção.

Moita, 24 de fevereiro de 2023

Os eleitos da CDU”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a recomendação à discussão intervieram:

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Queria referir que lhe agrada a linguagem usada nesta recomendação para desconto familiar, enfim, onde é que já ouviu isto, mas agrada-lhe a postura da CDU para esta disposição, aquilo que lhe parece, para não utilizar termos que podem parecer um pouco agressivos, é que esta moção é algo extemporânea. À semelhança das dúvidas da CDU aquando da discussão sobre o IMI, também gostaria de saber, e também gostaria que a CDU lhe pudesse responder, como é que chegou a vinte por cento como o desconto ideal, e a trinta por cento como o desconto ideal, porque não quarenta, ou cinquenta, ou sessenta, ou mesmo o acesso de borla, em que números é que se baseou e qual foi o critério que levou a esta recomendação.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Registam, com apreço, que o PS vê uma proposta deste género com interesse, portanto, estão, claramente, disponíveis para a discutir. Esta proposta surge, e vai dizer algo que já disse mais do que uma vez, porque existia um conjunto de projetos e um conjunto de intenções no anterior mandato que não foram concluídos, e os eleitos da CDU vão, como é natural, porque não têm uma palavra na oposição e outra no poder executivo, ao longo deste mandato, transpor para esta Assembleia e, eventualmente, também para as reuniões de câmara, mas isso os seus camaradas que lá estão decidirão. O que acontece é que, quando foi iniciada uma discussão acerca da necessidade de alterar o regulamento de taxas e tarifas para acomodar o serviço da nova piscina municipal da Moita, na altura, em discussão interna, propuseram-se descontos de dez por cento para o primeiro e segundo elementos e vinte por cento para os seguintes, mas o que se passou este ano em Portugal, e não só, mas estão em Portugal e é aqui que têm que gerir a coisa pública, com o aumento das despesas das famílias, levou-os a achar que deveriam aumentar esse desconto, sendo que sabem que isto tem um impacto nas contas. Não sabem, exatamente, qual é o impacto, e também não poderiam saber porque não têm dados para isso, e por isso é que apresentaram uma recomendação e não uma proposta, porque essa teria que vir fundamentada com outros valores aos quais não têm acesso neste momento.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Tal como calculava, não há dados, não há números que sustentem a razão destes descontos agora recomendados. Relativamente à crise, com certeza, que é um argumento fortíssimo, no entanto, já tiveram crises anteriores gravíssimas, e está-se a lembrar do tempo da troika. A CDU, por acaso, nessa altura, era poder e nunca houve descontos significativos tendo em consideração essas crises. Portanto, os números não existem e não podem, naturalmente, avançar no mesmo sentido, não podem acompanhar a recomendação. Não havendo números, não havendo sustentação, é evidente que não podem votar favoravelmente esta recomendação.

#### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

Agora, ficou um bocado baralhado, e não sabe se os trinta por cento são sobre os cinquenta por cento que já existem ou não, de qualquer maneira, quer dizer que também lhe agradou a intervenção do deputado António Costa, quando disse que até podia ser de “borla”, e pode dizer que está inscrito num ginásio juntamente com a sua mulher, que tem uma piscina de vinte e cinco metros por doze metros e meio, e os seus três netos estão lá de borla, os três de borla porque faz parte do acordo, portanto, não o espantava nada que pudesse ser de borla.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a recomendação a votação.

Submetida a **recomendação** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezasseis votos a favor, sendo dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira; duas abstenções do PS; treze votos contra do PS.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

«A nossa posição, votando favoravelmente esta recomendação, tem por base um ditado português muito antigo que diz “mais vale tarde que nunca”, portanto, votámos favoravelmente esta moção baseados nesse princípio.»

### **Declaração de Voto do Grupo Municipal proferida pelo Deputado João Soeiro**

“Votei contra, não porque eu esteja contra que um equipamento destes seja utilizado de forma gratuita, mas por uma questão de consciência, porque eu não tenho memória curta. Eu gostava de dizer aos presentes que, finalmente, ao fim de cinquenta anos a Moita vai ter uma piscina, ou seja, em mil novecentos e setenta e três, eu aprendi a nadar no cais da Moita, mas tive a sorte de frequentar uma piscina inaugurada pelo anterior pelo ministro da educação, na altura, professor Veiga Simão, aqui na escola número um da Moita. Os meus filhos já tiveram mais sorte que eu e os demais, porque já puderam aprender a nadar naquela piscina e não tiveram que estar sujeitos aos perigos de aprender nadar no tabuleiro do cais da Moita. Nessa altura, em mil novecentos e setenta e três, para todos os que frequentavam, ninguém pagava nada, era cem por cento gratuita a utilização da piscina, por adultos, crianças e jovens de todas as idades e escalões etários.

Mais tarde, a piscina, na posse da Câmara Municipal da Moita e com um professor de natação, onde, repito, os meus filhos aprenderam a nadar, nós pagávamos, e tinha lá dois filhos meus, a minha filha que tem quarenta anos, e o meu filho que tem trinta e seis, aprenderam a nadar ali, e nós pagávamos aquilo que estava em prática na altura. Por acaso, nesta mesma sala, questionou, na altura, o senhor Presidente da Câmara acerca do que é que se ia passar porque, de um momento para o outro, a piscina foi encerrada, e a resposta que me foi dada foi que havia sido encerrada para obras, mas que era para voltar a abrir. Não abriu nada, é mentira. Foi tapada e foi feito um armazém, salvo erro, com o nome de recursos da natureza, ou coisa assim do género.

Aquilo que eu sei também é que, para uma piscina com doze metros e meio, pagava um determinado valor, e os meus filhos foram pagar para a piscina do Naval, em Setúbal, com outras condições, uma piscina muito maior, com o dobro do tamanho, com melhores condições, o mesmo que pagava aqui, portanto, é uma questão que, mais uma vez, como disse há pouco o meu companheiro de partido, António Costa, é extratemporal.”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.8.

### **Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

#### **“Moção**

#### **Pela defesa da Escola Pública e pela valorização dos Professores e de todos os profissionais da Educação**

A Educação enquanto pilar da sociedade, é um direito fundamental inscrito na Constituição da República Portuguesa. É um direito fundamental para a formação individual de um indivíduo, para sua emancipação individual e coletiva. Para garante deste desígnio é fundamental uma Escola Pública, gratuita, de qualidade e inclusiva, possibilitando que todos tenham igualdade de oportunidades, sendo por isso também a maior garantia de combate às desigualdades sociais e à discriminação.

Assim sendo consideramos que o investimento na Escola Pública, e nos profissionais que a concretizam, é sempre um investimento de futuro, numa sociedade mais justa e democrática.

No entanto, ao contrário do que se espera de uma sociedade democrática e com visão, a Escola Pública tem vindo a ser desvalorizada e desinvestida pelos sucessivos governos.

O desinvestimento na Educação e na Escola Pública, concretizado em opções erradas como a recente transferência de competências para os municípios, o subfinanciamento crónico, o desrespeito pelos profissionais da Educação, entre outras, põem em causa a sua qualidade e sucesso, quer para os alunos, quer para os seus profissionais.

Edifícios com carências estruturais, carência de equipamentos, número elevado de alunos por turma, falta de técnicos especializados, rácios de pessoal auxiliar desadequados e mesmo assim não cumpridos, falta de professores e educadores são hoje a realidade das nossas escolas.

A luta dos trabalhadores do setor da Educação é justa porque chama a si a importância que lhe é devida no papel que desempenha na sociedade democrática, justa, igualitária e inclusiva. São muitos milhares de trabalhadores que se sentem maltratados e desconsiderados.

Os assistentes operacionais, por exemplo, recebem salários baixos, e muitas vezes têm excesso de trabalho, desempenhando múltiplas tarefas, algumas das quais não fazem parte das suas competências; mas estes trabalhadores fazem-nas em defesa da sua escola.

O agravamento das condições de trabalho nas escolas e a dignificação da sua profissão, levaram a que professores e educadores e sindicatos que os representam, encetassem uma luta justa pela sua condição de trabalho, mas sobretudo pela defesa da Escola Pública.

A falta de professores nas escolas, a valorização das suas carreiras, o combate à precarização, a contagem integral do tempo de serviço, a desburocratização das funções, a eliminação de cotas para progressão na carreira, concursos justos, entre outras, são as reivindicações justas que trazem milhares de profissionais à rua, numa luta que até agora tem tido da parte do governo e do Ministro da Educação, ausência de respostas. Os professores exigem Respeito!

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, na sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2023, delibera:

1. Repudiar as políticas de destruição da Escola Pública e exigir uma educação para todos, uma escola com estabilidade, inclusiva, gratuita e de qualidade;
2. Exigir ao Governo a redução do número de alunos por turma;
3. Exigir ao Ministro da Educação a devolução dos 6 anos, 6 meses e 23 dias do tempo de serviço congelado aos professores;
4. Exigir ao Ministro da Educação o fim das quotas e vagas na passagem do 4º para o 5º escalão e do 6º para o 7º escalão, na carreira dos professores;
5. Instar o Ministro da Educação a cumprir a colocação de professores através do mecanismo único da graduação profissional;
6. Exigir ao Ministro da Educação o fim da precariedade no ensino procedendo à vinculação dos professores com 1095 dias de serviço, independentemente de se tratar de horários completos ou incompletos e anuais ou temporários.
7. O aumento dos salários dos profissionais da educação, de forma a repor o poder de compra perdido em 2022.

Finalmente, esta Moção, após aprovação, deverá ser enviada ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Educação, aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República, aos Diretores e Presidentes dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas do Concelho da Moita, com solicitação de divulgação junto dos docentes e restantes funcionários, bem como às organizações sindicais do setor da Educação.

Moita, 24 de fevereiro de 2023”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Sobre esta moção, é certo que estão em fase de enorme defesa dos professores, estão em fase de exaltar alguns valores, que são comuns a todos, como é evidente, porque a escola, a educação e a formação são fundamentais em qualquer sociedade, não só em Portugal, mas têm que perder um pouco esta exaltação exagerada sobre tudo isto. Têm que ser um pouco mais frios, assim pensa, têm que descer à realidade e têm que perceber em que país é que vivem. Naturalmente, relativamente à moção, é evidente que não concorda minimamente, e só isso bastaria para não acompanhar esta questão de que as políticas que são seguidas na escola pública são no sentido da sua destruição, porque é, realmente, um exagero. Não é isso,

não é essa a intenção do Partido Socialista e não é essa a intenção do governo, portanto, não é possível este tipo de terminologia para se pretender criar equilíbrios na educação. É evidente que, depois, tem outras dúvidas, o próprio e não só, e quem está na matéria, quem estuda estes fenómenos, porque isto não basta parecer bem virem todos para a rua defender as escolas, e quem é que não defende as escolas, porque todos defendem as escolas, mas é evidente que existem os detalhes, e os detalhes são muito importantes. É evidente que têm problemas, problemas que se criaram e que são muito difíceis de resolver, e ouviu, há bem pouco tempo, o Primeiro-ministro dizer que, independentemente, da vontade era completamente impossível, porque o país não tem condições para isso. O país não tem condições para isso, e têm que perceber em que país é que vivem. Os professores têm, realmente, um enorme poder reivindicativo e, naturalmente, percebe-se que existem problemas na educação, mas têm que perceber também que os problemas em Portugal são bem mais complexos e extensos. É fácil pedir o aumento generalizado para todos os profissionais de educação, e o próprio iria mais longe, porque não para todos aqueles que têm ordenados que considera de miséria. Esses, infelizmente, grande parte deles, não tem o poder de reivindicação dos professores.

Depois, quando se pede o aumento do números de professores, o próprio tem sérias dúvidas, e os indivíduos que estudam estas matérias e que são especialistas nessas matérias também têm, porque olha para os números e, por exemplo, consultou, muito rapidamente, os números da Pordata que dizem que, para um total de cerca de um milhão e novecentos alunos que existem em Portugal, em todos os níveis de ensino, têm cerca de cento e vinte mil professores, o que dá uma média de cerca de dezasseis alunos e meio por professor. É evidente que, se pensarem que os números médios no ensino primário são de doze virgula três alunos por professor, fica com sérias dúvidas em considerar, até porque não tem informação suficiente, mas de uma forma séria, fica com sérias dúvidas para considerar que estes números são muito elevados por professor. Tem, sinceramente, sérias dúvidas que um professor de uma escola primária que tenha doze alunos para formar, para “aturar” se quiserem, porque não considera que sejam assim tantos alunos. Um professor do ensino secundário que tenha uma média de dezasseis alunos por turma, também, com toda a franqueza, não sendo especialista, não considera que seja um exagero de alunos por cada professor, portanto, tem muitas dúvidas relativamente a toda esta problemática e envolvimento que a luta dos professores, a coberto desse fator de união geral, que é a defesa da escola, ainda por cima da escola pública, quando é evidente que são poucos aqueles que podem ser contrários a esta ideia, a este desígnio, mas depois misturam-se aqui uma série de situações que têm uma enorme complexidade.

Dizia há pouco que o Primeiro-ministro referiu que a reposição do tempo de serviço dos professores, que é perfeitamente justa, porque se os professores trabalharem porque é que não terão direito a esse tempo, mas envolve uma verba fixa, para sempre, no orçamento geral do Estado, uma despesa fixa na casa dos mil e trezentos milhões de euros ano. É evidente que lhe dirão “há dinheiro para tanta coisa”, e também diz que devia haver para os professores, mas devia haver também para os serventes da construção civil, para os auxiliares nas diversas áreas, para os assistentes operacionais nas câmaras. É evidente que devia haver dinheiro para todos, mas têm que ser realistas e têm que perceber que “por estar na moda”, porque são modas, isto funciona um pouco por modas, “estar na moda” defender todos os professores, depois perde-se um pouco a noção da justiça de uma forma geral.

Não podem acompanhar a moção da CDU por considerarem que tem, diria, o seu quê de excesso de oportunidade, e não é completamente realista relativamente ao que se vive.

#### **Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU**

Todos sabem que é professora e lamenta, lamenta imenso, as palavras que todos acabaram aqui de ouvir. Revela alguma falta de informação, realmente, naqueles números demonstrados de professores que existem, e vai só dar um exemplo, há uma série de professores que fazem todo o trabalho no ministério, que estão destacados e que são professores que não têm turmas e entram para o rácio, há escolas, mais do interior, que têm menos alunos por turma, e nem por isso esses miúdos não merecem ter disciplinas, e merecem ter professores, agora o que pode dizer é que nas áreas metropolitanas as turmas começam a cumprir os rácios e acabam com trinta, trinta e dois, trinta e três, trinta e quatro alunos. E vai dizer mais, há alguns, muitos milhares de alunos por este país fora, que não têm professor de uma, duas ou três disciplinas desde o princípio do ano letivo. Daqui por meia dúzia de anos, e aqui é que reside a destruição da escola pública, quando uma série de professores que estão velhos e no fim de carreira se reformarem, não vão haver professores, e aqui é a destruição da escola pública. Não há escola sem professores. Lamenta imenso, acreditem que isto é verdade, e se há aqui professores sabem que isto é verdade, e não há professores porque houve um destruir da escola pública, e lamenta dizer isto, mas foi no tempo de

Sócrates, com a Maria de Lurdes Rodrigues, que começou a destruição da escola pública, que começou a ser posta em causa a dignidade dos professores, e a partir dessa altura foi um destruir por completo.

São raros os jovens, e por acaso têm aqui um jovem extraordinário que quis ser professor, e ele sabe que acha isso extraordinário e estão sempre a falar sobre isso, mas são raros os jovens querem ser professores hoje em dia, portanto, acreditem, podem votar contra, mas acreditem que daqui a mais meia dúzia de anos vão estar aqui todos desesperados, porque, nalguns casos, serão os netos, nalguns casos, serão os filhos, e vão bater à porta das escolas e vão dizer “resolvam-me o problema porque falta um professor de biologia, falta um professor de físico-química, faltam vários professores”, e depois quer ver como é que vão resolver esse problema.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Excepcionalmente, vai usar a palavra como membro do PS, e não como Presidente da Mesa, para dizer que se vai abster nesta moção por respeito aos professores, mas também aos alunos, aos pais, encarregados de educação, e também aos membros do governo, que são membros do seu partido e que são pessoas de boa-fé, sendo que o próprio ministro é professor.

Não consegue perceber onde é que estavam o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda durante o tempo da “geringonça”, que não exigiram, para que os orçamentos de Estado passassem, para que o governo não caísse, que a educação tivesse todos esses melhoramentos que agora apontam, isto de passarem do “oito para o oitenta”, passarem de “bestiais a bestas”, passarem a ter um “governo de facínoras”, e até já ouviram hoje aqui o PSD, portanto, a direita, que foi quem congelou as carreiras dos professores, porque foi durante o governo da geringonça que foram descongeladas as carreiras e repostos dois anos e tal. O Partido Comunista e o Bloco de Esquerda viabilizaram os orçamentos de Estado, porque uma alteração destas requer ser incluída no orçamento de Estado, portanto, viabilizaram, enquanto lhes interessou estava tudo bem, agora é que está tudo mal. Foi o PSD, com o governo da troika e da direita, quem bloqueou as carreiras aos professores que foram desbloqueadas pelo governo do Partido Socialista no tempo, naturalmente, da “geringonça”, e que é a favor.

O que apela, muito sinceramente, quer ao governo, e já tem escrito coisas sobre isso, e para pessoas do Partido Socialista, é que se consiga chegar ao maior consenso possível. Não é possível manter muito mais tempo este clima de confrontação que não serve a ninguém, porque “o ótimo é inimigo do bom”, não há só “oito nem oitenta”, portanto, é preciso bom senso. Já ouviu dizer que já havia aproximações, que o governo já tinha considerado a redução do trabalho burocrático que os professores, muito justamente apontam, porque tem familiares professores, o governo já decidiu apoiar o desbloqueio para que ao fim dos mil dias, os três anos, os professores passem para o quadro, o que dá a entrada imediata de dez mil e quinhentos professores nos quadros do ministério da Educação, o governo já decidiu aceitar as reivindicações para que os professores que estão deslocados a duzentos, trezentos quilómetros passem, no máximo, para entre cinquenta a sessenta quilómetros, portanto, não venham dizer que não há boas vontades.

O Partido Socialista é um partido de cariz social democrata, não tem dúvidas disso, mas é um partido de esquerda, pelo bem-estar social e pela fraternidade, e a questão é que também tem que haver aqui uma equidade. O Primeiro-ministro já disse que não pode repor as carreiras, e reitera que é a favor, como disse o seu camarada de bancada António Costa, se as pessoas trabalharem têm o direito a ser repostas na carreira, porque a questão, realmente, é que isso foi bloqueado, esteve muitos anos parado e, neste momento, não basta fazer isso só aos professores, mas sim a toda a função pública, e tudo isso tem um custo que, segundo o governo, se torna impraticável, que é um custo a crescer ao que já tem de mil e trezentos milhões de euros a mais em cada ano do orçamento geral do Estado. A questão que se põe é se isto é possível, porque esse dinheiro, é um facto, como há pouco foi dito sobre a questão dos transportes, não é dinheiro do Partido Socialista, não é dinheiro do ministro João Costa, é dinheiro de todos, porque os governos, tal como as câmaras municipais e as juntas de freguesia, quando estão à frente das coisas são eleitas pelas pessoas, e este governo foi eleito pela maioria dos portugueses, que lhe deu uma maioria absoluta há cerca de um ano, portanto, os portugueses confiaram neles para que levassem a casa a bom porto. Este governo do Partido Socialista conseguiu ultrapassar o período difícil da pandemia, com o agrado dos portugueses que lhe deram o voto, e isso também não pode ser esquecido.

Repare-se que até os sindicatos não se entendem uns com os outros, o que é uma coisa impressionante, a “luta de titãs” entre um tal André Pestana e o senhor Mário Nogueira da Fenprof. É impressionante tudo isso, portanto, aquilo que gostaria, muito sinceramente, é que as pessoas dialogassem, e lembra-se, há uns anos atrás, do senhor Mário Nogueira falar numa reposição faseada ao longo de alguns anos, para



que não houvesse logo uma carga tão grande nos cofres do Estado, nas possibilidades do Estado. Ouvem os da Iniciativa Liberal a quererem baixar os impostos no IRS a toda a gente para quinze por cento, e ouvem a direita dizer que é o país mais fustigado com os impostos que existem, ou seja, por um lado, querem tirar receitas ao Estado e, por outro lado, querem que o Estado tenha mais despesas.

É isso que quer dizer e que se vai abster por respeito aos professores, por achar que eles têm razão sim, mas também que há aqui exageros, porque não dizem cá para fora aquilo a que já chegaram a um entendimento e que, neste momento, o problema está, unicamente, no problema financeiro, parece que se esse dinheiro for dado a educação passa a ser a melhor do mundo, e também não é assim. É por isso que se vai abster, com esta posição e apelando às duas partes e esperando que as duas partes consigam chegar a um entendimento, para não serem depois os outros, os de setecentos e sessenta euros de salário, os de oitocentos euros, essas pessoas que trabalham, como o deputado municipal António Costa disse, e é verdade, os serventes da construção civil, os assistentes operacionais das câmaras, a ganhar aqueles ordenados de miséria, mas parece que para eles ninguém olha. A sociedade tem que ser mais equilibrada.

#### **Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS**

Quer só referir que estas discussões têm a enorme vantagem de, por vezes, os fazer “descer um pouco à Terra”, e deixarem aquelas discussões mais fúteis, com menos conteúdo, um pouco de lado. Concorda com a deputada municipal Mónica Ribeiro quando dá aqueles números, e referiu que pegou em estatísticas gerais que, com certeza, não sendo um especialista, é evidente que qualquer melhor análise por quem está no assunto surge com muita facilidade, agora o que quer dizer é que esta questão que o Presidente da Assembleia Municipal, António Duro, falou, deste bom senso que deveria estar na origem dos grandes desígnios, porque isto é um grande desígnio do país, esta procura de entendimentos aquando destes grandes desígnios não se verifica, infelizmente, por parte da classe política. Têm uma classe política, parte dela, que use aquela velha máxima de “quanto pior melhor”, e há pouco falou-se aqui do engenheiro Sócrates, e é verdade, enfim, não vale a pena historiar a situação, mas deve dizer que o engenheiro Sócrates foi, durante muito tempo, acusado de ter cometido um enorme erro nos seus primeiros seis meses de governação, e quem aqui não tiver memória curta sabe qual foi esse grande erro, que foi quando ele cedeu uma verba de cerca de quatrocentos milhões de euros no aumento dos professores, portanto, estão a ver a contradição da coisa.

Esta capacidade reivindicativa que há pouco referiu, nalgumas áreas, são de uma enorme importância tendo em consideração o poder da classe. Estas aparentes uniões e grandes intenções de defender os mais desprotegidos, infelizmente, não é aquilo que veem todos os dias. Aquilo que os partidos políticos têm a tendência de fazer é defender aqueles que dão mais nas vistas, que mais barulho fazem, e é aqui que está a enorme contradição de tudo isso. A colagem que é feita hoje aos professores, independentemente da justiça dessa colagem, devia ser feita a todas aquelas classes que, infelizmente, não têm voz, nem têm poder de intervenção. No dia em que os políticos tiverem a coragem de se unir à volta de todas as grandes causas, talvez consigam ganhar terreno na melhoria das condições de vida das pessoas.

#### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

Gostava de não voltar a ter que intervir, mas acha que é preciso repor aqui algumas questões. Evidentemente, o PCP, sempre propôs, sempre, todos os anos, em cada orçamento que discutiu, sempre propôs a reposição dos salários para todos os trabalhadores da função pública, sempre propôs a contagem integral do tempo de serviço para todos os trabalhadores da função pública, e esta moção reflete isso mesmo, que é a luta dos trabalhadores do setor da educação, não é apenas dos professores, é de todos os trabalhadores.

Neste momento, e perante interrupção por parte da deputada municipal Carmen Lima, sem recurso a microfone, de que não seria isso que estava escrito, disse que estava escrito “a luta dos trabalhadores do setor da educação” e que quem quisesse podia ler com atenção.

#### **Presidente da Assembleia Municipal da Moita, António Duro**

Pedi para não entrarem em diálogo, e que não interrompessem o senhor deputado que estava no uso da palavra.

### **Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU**

A senhora deputada, porque agora já a pode chamar de deputada com propriedade, certamente, não acompanhou as discussões dos orçamentos, porque sempre propuseram aumento dos salários para todos os trabalhadores, a reposição do tempo de serviço para todos os trabalhadores, independentemente, da sua classificação profissional, portanto, qualquer carreira. Foi para todos, não foi para um, nem para outro, foi para todos. Sempre o fizeram, e o que está escrito no texto é “A luta dos trabalhadores do setor da Educação é justa porque chama a si a importância que lhe é devida no papel que desempenha na sociedade democrática, justa, igualitária e inclusiva. São muitos milhares de trabalhadores que se sentem maltratados e desconsiderados”. É isto que está aqui escrito. Este tem sido sempre o papel do PCP nas discussões que tiveram com o PS, na altura da “geringonça”, e que o PS nunca quis acolher, e agora, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, faz um discurso a dizer que a culpa é do PCP. Pronto, é isto.

Quem era o Primeiro-ministro era o senhor António Costa, que não acolheu as reivindicações do PCP, tanto que não acolheu que o último orçamento que propôs no tempo da “geringonça” não foi aprovado porque acharam “já chega, já passou tempo, já teve tempo para fazer mais coisas e não quis fazer”, até porque, muitas vezes, propunham coisas que eram aprovadas e depois não eram executadas. A falta de execução é algo que definiu os governos da “geringonça”. Não executavam, e isto foi constante, e vão ver que também é constante neste governo atual. Há promessas feitas que não são cumpridas e é por isso é que os professores, os assistentes operacionais, e toda a função pública se está a manifestar em força na rua, porque o governo diz uma coisa e depois faz outra, esta é que é a verdade. Agora, o senhor Presidente, com o seu modo de falar e com a sua tentativa de empatia para com os trabalhadores, a tentar desmentir o que é uma realidade, parece-lhe que não tem estado atento à realidade, à discussão política que tem acontecido nos últimos anos no país, porque a questão é que há um problema de base na função pública e, certamente, saberá isso.

A desqualificação que foi feita aos trabalhadores da função pública está a levar a grandes limitações na ação da função pública, em todos os setores, portanto, há uma dificuldade operacional na função pública porque ao longo de anos, ao longo de vários anos, de vários governos PS e PSD, que vão alternando nestas políticas, o que acontece é que atacam os trabalhadores, atacam a função pública, atacam o Estado, e a opção, como diz que não há dinheiro, é entregar ao privado, e estão a ver isto, por exemplo, na saúde, que é um caso claríssimo. É só ver a percentagem do orçamento de Estado que vai para privados, é só perceber por que motivo é que estão a crescer hospitais privados como “cogumelos”, e os hospitais públicos como, por exemplo, o do Seixal, que fazia muita falta para aliviar aqui a região, não está feito, e o que se está a passar na escola é o mesmo que já se passou na saúde há uns anos atrás.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Vai ter que responder, não como Presidente, mas como deputado do Partido Socialista, e dizer que não disse que a culpa era do PCP, o que disse é que o PCP teve oportunidade, durante seis anos de governo da “geringonça”, o PCP e o Bloco de Esquerda, teve a oportunidade de não permitir que uma coisa que não fosse cumprida num ano, dois anos, três anos, continuasse.

Ao fim de seis anos, o que o povo português fez foi dar a maioria absoluta ao Partido Socialista.

Em seguida, por não ter mais pedidos de intervenção, submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezasseis votos a favor, sendo três do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD; onze abstenções, sendo oito do PS, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira; quatro votos contra do PS.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

### **Declaração de Voto do Secretário da Junta de Freguesia da Moita, Miguel Póvoas Santos**

Antes de proferir a sua declaração de voto, disse que gostava de pedir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que tomasse um bocadinho mais de atenção, porque é a segunda Assembleia que vem neste mandato, foi deputado municipal e deve ter ido a todas as assembleias no mandato anterior, se falhou foi a uma ou duas, é membro do executivo da junta de freguesia e nunca teve tanto burburinho, tanta gente a falar atrás, quando não é permitido. Enquanto aqui estive no mandato passado soube respeitar e fui respeitado, pelo que agradecia que o senhor Presidente o fizesse, e apelasse a isso, e é ao senhor Presidente que o pede porque é a maior figura de autoridade aqui. Acha que todos estão aqui eleitos pelo povo e merecem esse respeito. O próprio soube-se dar ao respeito e pede que façam o mesmo.

Em seguida, proferiu a declaração de voto conforme teor infratranscrito:

“Como deputado, no mandato passado, cheguei a dizer a outro deputado, que agora já não está aqui presente, que a nossa vida pessoal fica à porta, mas, na realidade, nestes momentos, é difícil nós fazermos essa distinção, e daí o meu voto favorável, porque, como a minha colega disse, e sim, partilho, obviamente, um enorme carinho por ela, é verdade, a escola pública não tem professores, os quadros estão extremamente envelhecidos, não faz sentido os escalões rolha, porque mais nenhuma profissão tem, e nós não podemos ter uma visão de uma economia diária, olhando meramente ao dinheiro que fazemos hoje, e depois ter outra postura face a investimentos de futuro, que é aquilo que é a escola. Se nós queremos ter, e se temos hoje, a geração mais qualificada de sempre, é à escola pública que se deve, não é à escola privada, nem é de certeza a nenhum engenhocas. E isso foi tudo trabalho dos professores, obviamente, e também trabalho das direções de agrupamento que aqui, e deixo as minhas duas críticas, foram e são sempre alvo de ataque por parte, quer do governo, quer do sindicato, e também não me esqueço das inúmeras vezes que a minha classe foi usada como ariete político, e isso eu também não me esqueço, mas, independentemente, e eu não sou sindicalista, também não ambiciono ser, sou professor, a moção é justa.

E também deixar a ressalva que também nunca serei a favor da centralização, sou e serei sempre a favor da descentralização, pois também sei o trabalho que faço enquanto membro da junta de freguesia nas escolas, e sei bem o valor que esse trabalho tem, e de todos os euros que lá aplicamos e todas as horas de trabalho que lá aplicamos são revertidos tripla ou quadruplicamente, não me interessa. Sei a facilidade que isso dá, sei a qualidade de ensino que isso melhora, no entanto, no que toca à minha classe, o meu voto teria de ser sempre favorável.”

### **Declaração de Voto do Deputado Municipal Independente Bruno Mendes**

“Esta medida, a ser adotada, custaria cerca de seiscentos e trinta e cinco milhões de euros de despesa permanente, e oitocentos milhões se se estender a todos os trabalhadores que viram os seus vencimentos congelados.

Voto em abstenção, porque a luta dos professores é justa, no entanto, esta medida não se deve apenas rever nos professores, mas também na generalidade dos trabalhadores que viram congelados as suas carreiras.

Há bocado, foi aqui referido que é raro os jovens que querem, hoje em dia, ser professores, o que é verdade, mas eu também quero fazer aqui uma ressalva, hoje em dia também é raro os jovens quererem ser polícias. Há uns anos atrás havia cerca de dezoito mil candidatos a cada concurso na polícia, hoje em dia, e veja-se pelo último da PSP, que abriu para cerca de mil e duzentas vagas e entraram setecentos candidatos. E atenção, que sem segurança, também não há educação, ou ainda, a segurança também é parte integrante da educação.”

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu ao Grupo Municipal da CDU para proceder à apresentação do documento 2.9.

### **Deputada Teresa Lésico do Grupo Municipal da CDU**

“Moção

**8 de Março: Dia Internacional da Mulher**

**Símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida**

A luta das mulheres por direitos iguais na lei e na vida é antiga o que levou a que em 1910 numa Conferência Internacional de Mulheres em Copenhaga fosse instituído, por proposta de Clara Zetkin, “O Dia Internacional da Mulher”, como símbolo da luta pelos seus direitos, que se mantém até aos nossos dias.

Uma data que, em Portugal, está ligada à luta das mulheres, na sua oposição ao fascismo e na luta pela liberdade, democracia e pela paz e que, com a Revolução de Abril, viram consagradas na lei muitas das suas reivindicações.

Esta data é desde então comemorada pelo Movimento Democrático de Mulheres, pelas autarquias locais e por outras organizações e entidades.

Uma data com memória, mas principalmente virada para o futuro. Uma data que relembra e instiga mulheres (e homens) na luta pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País.

A Assembleia Municipal da Moita, na sua reunião ordinária de 24 de Fevereiro de 2023, saúda todas as mulheres do Concelho - as trabalhadoras da autarquia, as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, as que militam nas diferentes expressões do movimento associativo e popular e em diversas organizações que intervêm na área da igualdade, as cidadãs em geral, - na passagem do Dia Internacional da Mulher, apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar em igualdade, no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de legislação que consagra a igualdade e a valorização do seu estatuto, enquanto trabalhadora, mãe e cidadã.

A Assembleia Municipal da Moita assume o compromisso em defesa dos direitos das mulheres como preocupação constante na sua atividade e nesse sentido delibera:

1 - Acompanhar a evolução da condição e estatuto das mulheres, enquanto trabalhadoras, cidadãs e mães no concelho e pugnar por medidas que na esfera do poder central visem o cumprimento dos seus direitos e a concretização da igualdade no trabalho e na vida;

2 - Promover, pelos meios que considere adequados, a valorização e a participação das mulheres ao longo da história do Concelho, dando particular atenção ao seu papel na resistência ao fascismo e ao longo dos quase 50 anos do 25 de Abril;

3 - Apelar à Câmara Municipal que, no âmbito do **Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação** sejam concretizadas as medidas que visem a necessária articulação entre entidades e organizações nacionais e locais, com vista a exigir do poder central a garantia e reforço do acesso das mulheres aos serviços públicos, designadamente na saúde, segurança social, à educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência;

4 - Contribuir de forma ativa para dar eficácia aos instrumentos de intervenção e apoio às vítimas de violência doméstica (que são maioritariamente mulheres), que responsabilize o poder central na criação de uma Rede de Apoio, articulada entre os diversos serviços públicos, autarquias e organizações sociais que devem intervir com vista a reforçar a informação, encaminhamento e sinalização das vítimas de violência doméstica;

5 - Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e as organizações que no plano unitário as impulsionam, designadamente o Movimento Democrático de Mulheres, com longa tradição na comemoração desta data, cujo lema deste ano é «Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar», realizando pelo sétimo ano consecutivo a Manifestação Nacional de Mulheres, a 4 de Março, no Porto e a 11 de Março em Lisboa.

A ser aprovada, esta Moção deve ser remetida à Câmara Municipal, Juntas e Assembleias de freguesia do concelho da Moita, à CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, à Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-In; ao Movimento Democrático de Mulheres, ao movimento associativo do concelho e às instituições que integram a Rede Social do concelho.

Moita, 24 de Fevereiro de 2023”

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Em seguida, pediu ao Grupo Municipal do BE para apresentar a sua declaração política.

### **1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE**

«Declaração Política

“Em defesa de uma vida justa”

Faz hoje exatamente um ano, que a Rússia invadiu a Ucrânia, transformando-se essa invasão numa guerra que tem levado a milhões de refugiados e milhares de mortos.

Em toda a Europa, sentem-se os efeitos de uma guerra dilacerante e as grandes potências continuam a colocar num plano perfeitamente secundário a prioridade a uma paz justa, paz que não pode ser a capitulação da Ucrânia.

Sem paz à vista, continua a corrida aos armamentos com reforço dos orçamentos para a defesa e com consequência no bem-estar social e económico dos povos.

Em Portugal, a vida continua numa aparente tranquilidade, ocultando realidades e preocupações exasperantes como o aumento do custo de vida, contestação diária de milhares de trabalhadores das mais variadas profissões, salários e pensões em queda, aumentos inconcebíveis nos combustíveis, na eletricidade, no gás, nos produtos e bens de primeira necessidade, especulação no imobiliário na venda e arrendamento.

A inflação com origem na guerra, **mas principalmente a que resulta da especulação**, consome os parcos rendimentos de grande parte da população, enquanto aumenta desmesuradamente o lucro, a renda e o juro do capital financeiro e das grandes empresas de energia e distribuição alimentar.

Tais aumentos, através do IVA, engrossam o excedente das contas públicas, contribuindo para a deterioração da condição de vida dos trabalhadores e pensionistas aumentando **o número de pessoas sem teto, subnutridas, sem recursos para pagar medicamentos ou para simplesmente se aquecerem.**

A guerra tem sido a desculpa para que os cofres das grandes empresas de distribuição e de energia tenham os maiores lucros deste século.

Os eleitos do Bloco de Esquerda nesta Assembleia Municipal, no que diz respeito à guerra apelam:

1º Que os beligerantes e os seus apoiantes diretos e indiretos procurem desde já um cessar-fogo para salvar vidas inocentes.

Que as tropas russas saiam da Ucrânia.

Que a ONU se envolva na construção de um processo de Paz aceite por ambas as partes.

2º No que diz respeito às consequências sociais no nosso país cuja desculpa é a guerra exigem:

Que o Governo exerça real controlo sobre a formação de preços dos bens de primeira necessidade.

Que governe em prol do povo e não do capital, com aumentos de salários e pensões que tenham em conta a inflação real verificada nos bens de primeira necessidade.

Que o aumento de juros nos créditos já concedidos à habitação seja congelado.

Pelo exposto, os eleitos do Bloco de Esquerda nesta Assembleia Municipal **apelam a que amanhã, dia 25 de fevereiro, a partir das 15h, os cidadãos do concelho se juntem à manifestação "Vida Justa"** que vai percorrer o centro de Lisboa entre o Marquês de Pombal e a Assembleia da República, num protesto que defende que em tempo de crise, **a política tem de proteger mais as pessoas**, pois não pode ser sempre o povo a pagar tudo, enquanto os mais ricos conseguem ficar ainda mais ricos.

Moita, 24 de fevereiro de 2023

Os deputados municipais do Bloco de Esquerda»

## **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pediu ao Grupo Municipal da CDU para apresentar a sua declaração política.

## **Deputada Municipal Fernanda Gaspar da CDU**

Disse que esta intervenção política tinha a ver, também, com aquilo que tem ocorrido em diversas reuniões da Câmara Municipal, e também desta Assembleia Municipal, e em seguida, proferiu a declaração política conforme teor infra:

### «Declaração Política

“O PS não é dono das pessoas do concelho da Moita. Exige-se respeito pela participação da população”

O Poder Local Democrático é uma conquista de Abril. Teve, logo após a revolução, um papel de extrema importância com a concretização de profundas transformações sociais nos territórios, e na democratização da vida local, que levou a que a lei reconhecesse esse Poder Local Democrático como emanação da vontade popular.

Aos eleitos locais, aos autarcas que desempenham as funções, impõe-se honestidade, impõe-se competência e, acima de tudo, impõe-se respeito, respeito pelas populações, respeito pelos trabalhadores das autarquias, respeito pelos munícipes e pelas instituições do concelho, porque são esses a vida e a verdadeira razão da existência do Poder Local Democrático. O respeito pelas populações, pelos munícipes, pelas instituições, coletividades, trabalhadores da autarquia, também se afere pela forma como valorizamos a sua participação na vida do concelho, do local em que habitam, no local em que trabalham e nos locais em que desenvolvem a sua participação, seja ela cultural, desportiva, associativa, social ou sindical.

E é isso que temos verificado e valorizamos, CDU, nestas reuniões públicas, da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal, e também nos outros órgãos das assembleias de freguesia, a participação das populações, que aqui têm participado ativamente, colocando diversas preocupações e problemas relativos aos seus locais de residência no concelho, com as deficiências existentes nos transportes públicos, que ainda hoje aqui foi, novamente, referenciado, de falta de cuidados atempados na área da saúde, de pais que aqui têm vindo colocar problemas com o acesso à educação dos seus filhos que necessitam de apoios especiais, problemas que têm aqui sido colocados também por trabalhadoras desta autarquia nos seus locais de trabalho, da forma discriminada como estão a ser vistas e tratadas de forma diferenciada em cada um dos agrupamentos, sendo, todas elas, trabalhadores da Câmara Municipal.

Pensávamos nós, CDU, que esta participação ativa da população, aqui e noutros locais, porque também se tem que fazer conta daqueles que, diariamente, nas coletividades trabalham durante mais de um ano para depois mostrarem os desfiles de Carnaval, porque os que houveram no nosso concelho foram feitos por professores, por pais dos alunos nos desfiles, mas também foram feitos por população que, voluntariamente, se reúne, na SFRUA ou no Chinquilha Arroiteense, a programar e a fazer tudo isso e depois, obviamente, com as organizações a saírem para a rua, e os apoios das instituições, outras, designadamente, a Câmara Municipal com as autorizações e também a organização do desfile.

E dizia eu que nós, CDU, valorizamos isso e esperamos, todos, das questões que aqui têm vindo a ser colocadas, que houvessem respostas, e esperávamos, efetivamente, uma resposta e mudança, já que em campanha eleitoral houve uma parafernália de propostas, de soluções e onde se dizia “aqui faz falta”. Iam resolver tudo.

No concelho da Moita temos assistido, infelizmente, à fuga objetiva de dar resposta, marcando para depois encontros a efetuar, ou então ataque desenfreado e pessoal às atividades culturais e laborais que alguns munícipes têm e que aqui vêm colocar problemas e a exigir, uma e outra e outra vez, resposta aos mesmos. No concelho da Moita, um concelho de Abril, assistimos hoje, por parte do executivo PS da Câmara Municipal da Moita, a um total desrespeito, prepotência e uma constante tentativa de caluniar, descredibilizar e ofender, com constantes inverdades, os munícipes, os trabalhadores e as suas estruturas representativas, e até as instituições do concelho.

É, de facto, vergonhoso como este executivo, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, desrespeita munícipes, expõe, ameaça e maltrata publicamente em reuniões dos órgãos os trabalhadores do município, bem como, numa autêntica falta de respeito e com uma atitude antidemocrática, tenta caluniar e descredibilizar, com falsidades, o sindicato que representa os trabalhadores no município. Munícipes deste concelho, que muito contribuíram no trabalho em prol da população, são ofendidos por alguém que não conhece limites para continuar a fazer uma política, digo eu, suja. Munícipes que em reunião de Câmara ouviram utilizar a expressão, pelo senhor Presidente da Câmara, “não vale tudo”, com certeza,

sem sequer saber o que estaria a dizer, pois tem demonstrado, pelas suas atitudes, que lida mal com a democracia e com a divergência da opinião que tem, e pensa que pode fazer e dizer tudo, mas engana-se, não pode.

O direito à indignação e a forma como, por vezes, tem ficado aqui marcado essa indignação, nem sempre, e sobretudo a falta de respeito por quem tem opinião divergente, pode nem sempre ser a melhor forma, é bem verdade, mas não “vale tudo”, porque o PS não é o dono do concelho. O PS, e os eleitos do PS, não podem ofender e tentarem silenciar a revolta de quem aqui vem expor problemas, e lhes dizem” vem com esse discurso, uma e outra vez, colocar aqui os seus problemas, é uma encomenda”. Eu esperava ouvir muita coisa, agora, hoje, novamente, ouvir isto, não. Nós, da CDU, estamos profundamente ofendidos e não encomendamos a ninguém aquilo que nós próprios aqui vimos dizer.

As populações devem ser valorizadas, porque têm todo o direito de aqui vir dizer, e nas outras reuniões todas, aquilo que consideram que não está bem, aquilo que está mal, independentemente, de isso poder ter sido falta de resposta ou não em muitos anos anteriores, e que não só agora deste executivo. Também era melhor que não se pudesse dizer aqui que os passeios, neste concelho, estão cheios de ervas daninhas, e sempre tiveram anteriormente nos outros mandatos, mas, regularmente, eram limpos os passeios, as ervas eram cortadas, apresentavam condições. O que hoje se coloca, na maior parte do concelho, em locais de extrema visibilidade, são essas ervas daninhas por todo o lado, mas atenção, provavelmente, são flores ou então são locais, certamente, para vir a ter nichos de diversidade ecológica, designadamente, pulgas, baratas, carraças, portanto, deve ser esta a defesa que aqui vem ser depois dita após as intervenções da população, porque, muitas vezes, é quase parecido a isso as respostas que aqui a população tem tido, e já não me refiro só aos elementos da CDU.

De facto, essa revolta aqui tem sido manifestada, porque o PS governa este município porque a população assim o quis, mas o PS não é dono das opiniões de toda a população e não pode impor à população que venha aqui colocar aquilo que vocês estariam de acordo. Muitas vezes, vêm aqui colocar aquilo que a própria CDU também pode estar em desacordo, mas têm direito, a divergência é salutar e quem não quer ser ofendido também não deve ofender.

Os munícipes, os trabalhadores, as instituições do concelho exigem respeito. A CDU exige respeito.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Moita repudiam o desrespeito demonstrado pelo executivo PS, em várias reuniões dos órgãos, para com os munícipes, os eleitos, os trabalhadores e as instituições do concelho.

E como terminou há pouco a grande manifestação cultural no nosso concelho e organizada, sobretudo, por instituições da freguesia de Alhos Vedros, devo dizer que foi muito bonito o desfile das crianças também, só lamentamos que a música tenha sido, sobretudo, aquela que se põe para as redes sociais porque, na prática, e lá, em Alhos Vedros, não houve.»

### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção, deu por concluído o Período Anterior à Ordem do Dia.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **3.1 - Ata nº06.1.22 – XIII Mandato – sessão ordinária de dezembro - 1ª reunião – 14.12.2022**

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e cinco votos a favor, sendo doze do PS, nove da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

### 3.2 - Ata nº06.2.22 – XIII Mandato – sessão ordinária de dezembro - 2ª reunião – 15.12.2022

#### Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e cinco votos a favor, sendo doze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do Independente Bruno Mendes.

### 3.3 - Ata nº06.3.22 – XIII Mandato – sessão ordinária de dezembro - 3ª reunião – 29.12.2022

#### Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.

Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e seis votos a favor, sendo catorze do PS, oito da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

### 3.4 - Ata nº07.22 – XIII Mandato – sessão extraordinária de 29.12.2022

#### Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a ata à discussão intervieram:

#### Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Estas reuniões cujas atas estão aqui a aprovar foram, particularmente, difíceis em alguns momentos, e estava a pensar em dar os parabéns à funcionária que trata da transcrição porque, realmente, é um trabalho bem feito e, quando estava a pensar nisto, reparou num pequeno pormenor, e a palavra pode ter sido mal pronunciado, mas estavam a tratar de tentar reverter um processo de extinção de freguesias, e não teve tempo de ouvir a reunião, pelo que não consegue garantir que o que está transcrito é a realidade, mas crê que tentou dizer outra coisa que não o que está escrito na ata. O que pedia, sem prejuízo de aprovarem a ata e depois, caso se confirme, ser feita essa correção, era que fosse verificado se a palavra que disse é, realmente, a que está transcrita, ou se foi outra coisa, ou seja, na página dezasseis, segundo parágrafo, terceira linha a contar do fim, quando se escreve “distinguir as freguesias” e não “extinguir as freguesias”, uma vez que estavam a discutir a “extinção” de freguesias e não a “distinção”. Caso se venha a verificar, e se, efetivamente, tiver dito “distinguir”, naturalmente, há de ficar em ata porque é um lapso seu.

#### Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Anuiu de imediato, por achar que faz todo o sentido, e deu indicação à funcionária de apoio à Assembleia Municipal para que corrigisse o solicitado.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata a votação e lembrou que quem não participou na sessão em apreço não poderia participar da votação.



Submetida a **ata** a votação, foi a mesma **aprovada** por **unanimidade** com vinte e cinco votos a favor, sendo treze do PS, oito da CDU, dois do BE, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes.

### **3.5 - Apreciação do pedido de suspensão de mandato, por um período de 365 dias, apresentado por Sabine Vivianne Büchel (n.ºs 1 e 2 do art. 7.º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita)**

Em conformidade com o n.º2 do artigo 7.º do Regimento, qualquer pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve ser dirigido ao Presidente e apreciado pela Assembleia.

Não tendo sido manifestado qualquer pedido de intervenção, considerou-se formalmente aceite o pedido de suspensão por todos os membros.

### **3.6 - 1.ª Revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano**

A proposta infra foi aprovada por maioria, em reunião da Câmara Municipal realizada em 16/02/2023:

«De acordo com o artigo 81.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2023, o saldo da execução orçamental pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, após a aprovação do mapa "Demonstração do desempenho orçamental".

Ora, é neste contexto que é elaborada a presente proposta, ou seja, para que a decisão do órgão deliberativo seja devidamente informada e contextualizada, o pedido de integração do saldo da gerência de 2022 é instruído, para além do mapa "Demonstração do desempenho orçamental" aprovado, com o mapa de fluxos de caixa, a informação dos compromissos transitados, informação da execução das Grandes Opções do Plano (individualizada a execução do Plano Plurianual de Investimentos) e informação da execução orçamental da receita e da despesa (todos em anexo).

Desta forma, considerando que o saldo apurado da gerência de 2022, na parte não consignada, é de €10.601.107,24 (dez milhões seiscentos e um mil cento e sete euros e vinte e quatro cêntimos), sendo €8.970.847,05 (oito milhões novecentos e setenta mil oitocentos e quarenta e sete euros e cinco cêntimos) respeitantes a execução orçamental e €1.629.458,62 (um milhão seiscentos e vinte e nove mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos) respeitantes a operações de tesouraria, e que o mapa "Demonstração do desempenho orçamental", está aprovado nos termos referidos anteriormente, propõe-se a revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes opções do Plano conforme mapas que se anexam e posterior envio para a Assembleia Municipal para aprovação.

Anexo:

- 1.ª Revisão Orçamento Receita 2023
- 1.ª Revisão Orçamento Despesa 2023
- 1.ª Revisão GOP 2023
- Desempenho\_orçamental 2022
- Mapa de Fluxos de Caixa 2022
- Execução 2022
- Execução Orçamental Receita 2022
- Execução Orçamental Despesa 2022
- Execução GOP 2022
- Compromissos transitados 2022»

**Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Pedi à Câmara Municipal para apresentar a proposta supra.

## **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

A questão nesta que é a primeira revisão do Orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano, vai na linha daquilo que, aquando da discussão do orçamento, em meados de dezembro, aqui tiveram oportunidade de dizer. Numa coisa que, noutros anos, tem sido normal e não suscitou qualquer tipo de questão, desta feita, pareceu levantar um conjunto alargado, e uma enorme celeuma, aparecerem rubricas no orçamento abertas apenas com mil euros, Vejam lá bem que, até a questão do centro de saúde, que não iriam arrancar com a construção da obra do centro de saúde, e outras coisas que aqui foram ditas nesta Assembleia, e foram ditas por pessoas com responsabilidade no espaço público, fazendo crer à população em geral que não estariam disponíveis para fazer o centro de saúde da Baixa da Banheira, e outro conjunto de projetos que aqui assumiram desde o primeiro momento que iriam fazer.

Ao contrário daquilo que foi aqui dito numa intervenção anterior, numa declaração política, e sabe que não se comentam declarações políticas, que as pessoas estariam irritadas, que as pessoas estariam descontentes, o que têm vindo a ver aqui, uma e outra vez, assembleia após assembleia, reunião de câmara após reunião de câmara, são as mesmas pessoas, uma e outra vez, praticamente, sempre as mesmas pessoas a colocar, uma e outra vez, as mesmas questões, algumas vezes de forma diferente, e pede desculpa se, em algum momento, acham que isto possa, de alguma forma, ser orquestrado, se até sobem ali ao púlpito todos com o mesmo cravo que a bancada da CDU aqui trás. Longe de si pensar que isso possa ser orquestrado, o cravo é um símbolo de liberdade, mas hoje está mais a parecer um movimento a que a CDU quer dar início, sob a falsa premissa de que este executivo não está disponível para reunir ou para ouvir as pessoas, quando sempre estiveram disponíveis para os ouvir. Prova disso é que, em muitas reuniões de Câmara, em virtude da condução dos trabalhos, algumas vezes, até terminam em tempo útil, é possível, nesse mesmo momento, fazer o atendimento a esses cidadãos, cidadãos esses que até sabem, face à disponibilidade deste executivo, e vêm nesses dias às reuniões, esperando pelo seu final, para serem atendidos e para que o executivo veja as questões que por eles são levantadas.

Com isto, quer dizer que, longe daquilo que se quer fazer crer e se quer fazer pensar, aquando da integração do saldo, o que fizeram foi o reforço das rubricas para dar cumprimento aos objetivos previstos nas Grandes Opções do Plano, e aquilo que disseram que iriam fazer, e sempre disseram, dizem e reiteram, uma e outra vez, e as vezes que forem necessárias, que os projetos do executivo, os compromissos, serão sempre financiados de uma de três maneiras, ou com capital próprio da Câmara Municipal, ou através de candidaturas, ou através de empréstimo, e é sob essas premissas que assentam os projetos do executivo.

É claro que, quando chegaram à Câmara Municipal, se não tinham projetos para fazer a reconversão ou a substituição da rede de abastecimento de águas, a primeira coisa por onde tiveram que começar foi pela fase do projeto. Se, quando chegaram à Câmara Municipal, não tinham projeto para fazer o pavilhão da escola secundária da Baixa da Banheira, por onde tiveram que começar foi por fazer o projeto. Se, quando chegaram à Câmara Municipal, não tinham um projeto para fazer um conjunto de intervenções em outras localidades do concelho, seja na Baixa da Banheira, no Vale da Amoreira, em Alhos Vedros, no Gaio-Rosário, em Sarilhos Pequenos, na Moita, em todas as suas extensões, tiveram que começar pelos projetos. Houve obras que, felizmente, pela natureza da sua intervenção, não careceram, num primeiro momento, de projeto, e é por isso que, desde o primeiro momento, assumiram e executaram um conjunto alargado de intervenções e obras.

Bem sabem em que estado estava a rotunda da Palmeira, bem sabem como é que estava o acesso às estações elevatórias, sendo que numa o espaço envolvente da estação elevatória estava todo deprimido e o caminho, que era utilizado apenas e só para acesso à estação elevatória, completamente aberto e que era um depósito de lixo, e resolveram essa situação, ali como em outras intervenções na melhoria dos caminhos rurais que fizeram assim que tomaram posse, como na estrada da Vinha das Pedras, que elementos da CDU tiveram coragem de criticar, quando fizeram a estrada na Vinha das Pedras por trás da escola Dom João I, em que, ao mesmo tempo que fizeram a estrada sustentaram o muro da escola que estava em risco de decair, uma zona que, anteriormente, era um baldio, praticamente, que tinha hortas e barracas de forma irregular, e fizeram ali uma estrada que irá dar acesso ao futuro centro de saúde e ligar, por aquela estrada, ao lado do Aldi por aí acima e, se tudo correr bem, assim esperam, até à rua 1º de Maio.

É nisso que têm estado a trabalhar e é isto que consta aqui nestas rubricas, mais dinheiro para a requalificação dos passeios, mais dinheiro para as podas das árvores, a deservagem, numa vertente diferente daquela que era feita no passado pela CDU, e como aqui foi bem dito, “também tinham ervas e de volta e meia limpavam”, só que, pelo contrário, como sabem que as necessidades são permanentes e a faixa etária dos trabalhadores é muito elevada, o que não lhes permite fazer certo tipo de trabalhos, que

a contratação pública de novos funcionários, e a formação dos mesmos para desempenhar aquelas atividades, é morosa, o que optaram por fazer foi contratos anuais para salvaguardar os trabalhadores, nunca perdendo a capacidade operacional e, assim que possível, ir sempre contratando mais trabalhadores, que é o que têm vindo a fazer, paulatinamente, acabando com as avenças que haviam e passando as pessoas a contrato, e por isso é que custou tanto, quando falavam aqui em avenças, trazer um conjunto de informações que provou que, ao longo do tempo, o valor em avenças do executivo PS foi sempre inferior ao da CDU, e isso é que custou.

Neste momento, e perante manifestações por parte do Grupo Municipal da CDU, pediu para não ser interrompido enquanto está a falar, que o ouvissem e que depois se inscrevessem.

#### **Presidente da Assembleia Municipal da Moita, António Duro**

Pediu silêncio na sala porque a seguir poderiam inscrever-se e debater tudo o que quisessem.

Em seguida, e perante pedido de interpelação à Mesa manifestado pela deputada municipal Fernanda Gaspar, disse que não podia fazer um pedido de interpelação à Mesa enquanto alguém está no uso da palavra.

#### **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino**

Dirigindo-se à deputada municipal Fernanda Gaspar, disse que bem sabe que depois a senhora deputada vai pedir uma intervenção a dizer que o senhor Presidente é isto e aquilo, mas enquanto está a intervir não pára de o interromper. Não sabe com que objetivo, mas uma coisa é certa, não alterará o seu tom de voz e continuará a tratá-la com todo o respeito. Para que fique claro, aceita as desculpas entretanto manifestadas, até porque seria indelicado da sua parte, sendo sincera naquilo que disse, e cabe-lhe a si aceitar, desde que não se repita, é óbvio.

Depois dizer o seguinte, há aqui um conjunto de investimentos nas mais variadíssimas áreas para cumprir, exatamente, aquilo com que se comprometeram com a população, requalificar o espaço público, criar mais parques, criar em algumas salas daquelas escolas centenárias, em função daquilo que as funcionárias daquelas escolas solicitaram a este executivo, e fizeram o projeto, sempre que é possível fazer parcerias com as juntas de freguesia para os processos andarem mais rápido, seja com a Junta de Freguesia de Alhos Vedros, seja da Moita, da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos. É esse o compromisso que têm para com as demais autarquias, é isso que estão a fazer e é isso que podem ver aqui espelhado nos valores que aqui aparecem inscritos neste reforço. E também acha que aqui tem que ser dito que já estão todos a trabalhar para que, tão rápido quanto possível, avance o projeto para o pavilhão da escola Fragata do Tejo para que, assim que seja possível encontrar financiamento, se possa também ali fazer um pavilhão, não os quatro que a CDU pediu neste mandato num estalar de dedos. O que pode dizer é que este executivo, desde que entrou em funções, está a trabalhar de forma continuada, e por isso é que a obra do CROAE já avançou, já teve o seu início, com um valor muito inferior àquele que tinha sido definido pelo anterior executivo, poupando milhares de euros aos munícipes, e essa verba que é poupada, seja nessa, seja noutras intervenções ou noutras soluções, permitirão fazer cada vez mais obra para as pessoas.

Dito isto, e espera ter sido esclarecedor nesta matéria, o que podem esperar deste executivo é uma vontade contínua em continuar a trabalhar e, certamente, ficarão satisfeitos aqueles que veem a sua rua arranjada, veem bancos novos no seu espaço público, veem o largo das Palmeiras arranjado, e ainda haverá muito mais a fazer no largo das Palmeiras, na Moita, mas também existe, em muitos mais locais, trabalho a ser feito. O que é certo é que, no passado, isso não acontecia e agora acontece, e isso causa algum desconforto àqueles que achavam que não era possível ser feito, porque demonstraram que é possível ser feito. O que não é possível ser feito, como aqui querem fazer passar a imagem, é fazer tudo ao mesmo tempo, quando nem sequer havia projeto, e um projeto não é um pedido de orçamento, como sucedeu com o passadiço do Gaio. Quando lhe foi dito aqui que havia um projeto do passadiço do Gaio, e como os serviços nunca lhe tinham dito que havia um projeto para o passadiço do Gaio, dirigiu-se aos serviços para poderem ver então que projeto era esse, e o projeto era um orçamento, sem estarem discriminadas as fundações, sem estar discriminada a altimetria, sem planta de localização, sem planta de execução, sem nada disso. Isso não é um projeto, é um pedido de orçamento, e qualquer um pode pedir aquilo, é fazer um traçado e perguntar quanto é que custa. Qualquer um dos senhores deputados pode pedir aquilo, mas isso não é projeto, por isso, chamaram aquilo de projeto e que existia projeto, e é falso,

mas depois “enchem a boca e vêm dizê-lo aqui”, por isso, apela a uma enorme sobriedade, a que exista urbanidade e verdade no combate político, e que se possam cingir aos factos.

#### **Deputada Fernanda Gaspar do Grupo Municipal da CDU**

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que não gostava de estar sempre a chamar a atenção nalgumas coisas, e não gosta de interromper, por isso, publicamente, também pediu desculpa ao senhor Presidente da Câmara quando o interrompeu, porque quem a conhece sabe que não é seu hábito interromper os outros, nem com apartes, nem com bocas, nem com nada disso, olhos nos olhos diz a sua discordância, mas também não gosta de receber ameaças, e também não gosta de dizer que se fizer isso novamente então já não é com boa fé.

A urbanidade, quando a querem ter, também a têm que dar aos outros, e quando fez o pedido de interpelação à Mesa foi mesmo para fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque pôs em dúvida a forma como estava a decorrer a decisão de orientação dos trabalhos, e esta interpelação pode ser feita no decurso dos trabalhos, até enquanto algum membro está a falar, e por uma razão muito simples que passou a explicar. Até gostou e esteve a prestar muita atenção, e outro camarada seu da CDU há de aqui vir falar sobre a proposta de revisão orçamental, mas prestou atenção e achou incorreto, e tem que o dizer aqui agora, que parte da intervenção tenha sido a resposta a uma intervenção política. De facto, “há muitas formas de matar pulgas”, mas é também ter que contar com a inteligência dos outros, e por isso é que fez a interpelação à Mesa, pelo que pediu muita desculpa ao senhor Presidente se isso lhe é desconfortável, uma vez que também sabe o que é estar naquela posição.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a proposta à discussão intervieram:

#### **Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU**

Vai subscrever aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse e vai aos factos, e os factos dizem-lhes que o documento que lhes é apresentado de execução do Plano Plurianual de Investimentos tem uma execução de sessenta por cento, o que acha que é muita conversa e pouco trabalho, pouca execução.

De qualquer maneira, relativamente à revisão orçamental, tratando-se de uma revisão que tem como objeto a inclusão do saldo, sendo por isso um ato de gestão com determinantes que não seriam as suas, a opção de voto da CDU será de abstenção.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezassete votos a favor, sendo quinze do PS, dois do BE; catorze abstenções, sendo dez da CDU, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.

#### **Presidente da Assembleia Municipal, António Duro**

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto, não tendo sido manifestada qualquer intenção.

Perante o adiantado da hora, em conformidade com o nº2 do artigo 27º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, informou que se suspendia a sessão, sendo os restantes pontos da ordem do dia protelados para uma segunda reunião da presente sessão, a realizar no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município da Moita.

Em seguida deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

**A ata em minuta da presente reunião foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um da Independente Ana Pereira.**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, eram zero horas e cinquenta minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e três.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MOITA**  
**XIII MANDATO 2021 - 2025**  
**LISTA DE CORRESPONDÊNCIA ENTRADA DE 30.12.2022 A 24.02.2023**  
**EM CONFORMIDADE COM O Nº5 DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO**

<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>REMETENTE</b>	<b>ASSUNTO</b>
<b>001</b>	09-01-2023	ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais	Informa o valor da quota para 2023
<b>002</b>	13-01-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião extraordinária realizada no dia 04.01.2023
<b>003</b>	16-01-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Prorrogação do prazo de transferências das competências para o Município no domínio da ação social; Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município da Moita nos Diretores de Agrupamentos de Escolas
<b>004</b>	17-01-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 11.01.2023
<b>005</b>	30-01-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 25.01.2023
<b>006</b>	30-01-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Aprovação da contratação de empréstimo de médio e longo prazos para financiamento da Construção do CROAE – Centro de Recolha Oficial de Animais Errantes da Moita até ao montante de € 795.000,00
<b>007</b>	30-01-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Convoca para reunião do CMEM a realizar no dia 09/02/2023, pelas 11h, solicita indicação do substituto e o envio das respetivas fichas de identificação
<b>008</b>	08-02-2023	Sabine Vivianne Büchel	Solicita suspensão do mandato pelo período de um ano
<b>009</b>	10-02-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: Retificação da proposta n.º 20/XIII/2023 – “CONSULTA AO MERCADO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DESTINADOS A HABITAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO”; Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Alhos Vedros; Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Baixa da Banheira; Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Moita; Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale da Amoreira; Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Gaio-Rosário; Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Sarilhos Pequenos

<b>010</b>	13-02-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião ordinária realizada no dia 08.02.2023
<b>011</b>	15-02-2023	IGF - Inspeção-Geral de Finanças - Autoridade de Auditoria	Informa que se irá realizar uma ação de controlo à Câmara Municipal, cujo objeto consiste na apreciação de diversas denúncias na área do controlo dos recursos humanos, nomeadamente, despesas com trabalho suplementar, utilização de viaturas e cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, abrangendo os anos de 2017 a 2022
<b>012</b>	17-02-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete, para apreciação e aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal: 1ª Revisão ao Orçamento Plurianual e Grandes Opções do Plano
<b>013</b>	17-02-2023	Luís Manuel de Oliveira Morgado	Solicita suspensão do mandato até ao dia 31 de dezembro de 2023, por motivos de saúde
<b>014</b>	17-02-2023	Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira	Informa que na sessão ordinária de 24 de fevereiro se fará substituir pelo Secretário, Miguel Carlos Póvoas Santos
<b>015</b>	20-02-2023	Elvis João Duarte de Freitas	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 24 de fevereiro
<b>016</b>	20-02-2023	Raquel de Jesus Garcia Capucho	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 24 de fevereiro
<b>017</b>	20-02-2023	CPCJ - Comissão de Proteção a Crianças e Jovens da Moita	Relatório de atividades da CPCJ referente a 2022
<b>018</b>	22-02-2023	Cândida de Lurdes Gomes Vinagre	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 24 de fevereiro
<b>019</b>	22-02-2023	Eduardo Jorge Meruje Teixeira	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 24 de fevereiro
<b>020</b>	22-02-2023	João Pedro Oliveira Vargas da Palma	Solicita a sua substituição na sessão ordinária de 24 de fevereiro
<b>021</b>	22-02-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete minuta da ata da reunião extraordinária realizada no dia 16.02.2023
<b>022</b>	23-02-2023	CMM - Câmara Municipal da Moita	Remete Relatório da Atividade Municipal referente aos meses de novembro e dezembro de 2022
<b>023</b>	23-02-2023	Ana Isabel Pinto Pereira	Confirma que se desfilou do Partido Chega e que desempenhará o cargo como independente